

***Estudo preliminar de validação da Escala de
Locus de Controlo Parental numa amostra de
mães portuguesas***

Daniela Isabel Guerreiro dos Santos

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia
Clínica e da Saúde

Trabalho realizado sob a orientação de: Prof.^a Doutora Ida Lemos



UAlg**FC**HS

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

***Estudo preliminar de validação da Escala de
Locus de Controlo Parental numa amostra de
mães portuguesas***

Daniela Isabel Guerreiro dos Santos

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia
Clínica e da Saúde

Trabalho realizado sob a orientação de: Prof.^a Doutora Ida Lemos

2014

Estudo preliminar de validação da Escala de Locus de Controlo Parental numa amostra de mães portuguesas

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Daniela Santos

(Daniela Santos)

Copyright A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja alvo de dado crédito ao autor e editor.

*Aos meus pais e ao meu irmão,
os pilares da minha vida.*

Agradecimentos

Porque este trabalho teve o contributo de várias pessoas, ainda que de formas distintas, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento a quem fez parte do percurso da sua realização.

A todas as mães que aceitaram participar no estudo e tão generosamente despenderam o seu tempo para as entrevistas.

À Prof.^a Doutora Ida Lemos, pelas imprescindíveis sugestões e correções e pela atenciosa orientação.

À Diana Costa pela sua ajuda e disponibilidade.

À Doutora Dorisa Peres, pelas palavras de incentivo e pelo seu apoio na recolha de dados.

Às minhas meninas, por cada momento de descontração que partilhámos, foram muitas vezes esses momentos que me deram ânimo para prosseguir com as tarefas que pareciam infundáveis.

À minha família e aos meus amigos em geral, pelo encorajamento e confiança.

Ao meu namorado, por acreditar em mim e por tantas vezes ter sido o meu porto de abrigo quando eu mais precisei de motivação.

Aos meus pais e ao meu irmão, por tudo! Um sincero obrigada pelo vosso amor.

Resumo

A presente investigação teve como objetivo principal estudar as propriedades psicométricas da versão portuguesa da escala *Parental Locus of Control* de Campis, Lyman e Prentice-Dunn (1986). Pretendemos também caracterizar o Locus de Controlo Parental percebido e as suas dimensões numa amostra de mães portuguesas e, ainda, estudar a sua relação com um conjunto de variáveis sociodemográficas. Participaram no estudo 120 mães de famílias da população geral, com idades compreendidas entre os 21 e os 58 anos, de nacionalidade portuguesa e residentes no sul de Portugal. Como instrumentos de recolha de dados, aplicámos um questionário de dados sociodemográficos e familiares (QDSDF, Nunes, Lemos e Valadas, 2008) e a Escala de Locus de Controlo Parental.

Os resultados obtidos relativos à análise das características psicométricas da Escala de Locus de Controlo Parental diferem dos resultados encontrados pelos autores do estudo de validação original da escala: a análise fatorial exploratória, realizada através do método de componentes principais com rotação ortogonal (varimax), da normalização de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e do teste de esfericidade de Bartlett, indicou um total de quinze fatores. A consistência interna do instrumento revelou-se satisfatória ($\alpha = ,823$). Por sua vez, os resultados obtidos ao nível das subescalas da Escala de Locus de Controlo Parental, indicaram ainda que as mães percecionavam tendencialmente um Locus de Controlo Parental externo, isto é, tendiam a atribuir o desenvolvimento dos filhos a fatores externos ao seu controlo.

Palavras-Chave: Família, Parentalidade, PLOC, Locus de Controlo Parental, Características Psicométricas.

Abstract

The present study aimed at analyzing the psychometric properties of the Portuguese version of the Parental Locus of Control Scale developed by Campis, Lyman and Prentice - Dunn (1986) in a sample of Portuguese mothers, and also, to study its relationships with a number of sociodemographic variables. The participants were 120 mothers selected from a community sample, aged between 21 and 58 years, residents in the south of Portugal. In order to collect the information, we applied a sociodemographic and familiar questionnaire (QDSDF, Nunes, Lemos, & Valadas, 2008) and the Parental Locus Control Scale.

The results concerning the analysis of the psychometric characteristics of the Scale of Parental Locus of Control differed from the results found by the authors of the original validation study of the scale: exploratory factor analysis performed by the method of principal components with orthogonal rotation (varimax) of standardization of Kaiser - Meyer - Olkin (KMO) and Bartlett's sphericity test indicated a total of fifteen factors. The internal consistency was satisfactory ($\alpha = .823$). In turn, the results obtained on the subscales of the Parental Locus of Control Scale also indicated that mothers tended to perceive an external Parental Locus of Control, i.e., tend to attribute the development of their children to factors that they consider out of their control.

Keywords: Family, Parenting, PLOC, Parental Locus of Control, Psychometric Characteristics.

Índice

Introdução	1
PARTE I - Enquadramento Teórico	3
1. Família e Parentalidade	4
2. Locus de Controlo Parental.....	10
PARTE II – Estudo Empírico	14
3. Objetivos e questões de investigação	15
4. Método.....	17
4.1. Desenho do estudo	17
4.2. Participantes.....	17
4.2.1. Técnica de Amostragem	17
4.2.2. Amostra	17
4.3. Instrumentos.....	19
4.4. Procedimentos	21
4.4.1. Recolha de dados	21
4.4.2. Tratamento e análise de dados.....	21
5. Apresentação dos resultados.....	22
5.1. Características sociodemográficas da amostra	22
5.2. Análise das características psicométricas da PLOC	24
5.2.1. Análise de Fidelidade do Instrumento: Consistência Interna	24
5.2.2. Estudo da validade de construto	25
5.2.2.1. Intercorrelações da escala PLOC e respetivas subescalas	28
5.2.2.2. Análise Fatorial.....	31
5.3. Relações entre as Características Sociodemográficas e o Locus de Controlo Parental percebido	37
5.4. Diferenças nos níveis de Locus de Controlo Parental em função das Características Sociodemográficas e Familiares.....	43
6. Discussão dos resultados	54
6.1 Perfil Sociodemográfico e Familiar da Amostra	54
6.2. Relação entre e as Variáveis Sociodemográficas e o Locus de Controlo Parental ..	55
6.3. Intercorrelações da escala PLOC	56
6.4. Níveis de Locus de Controlo Parental em função das Características Sociodemográficas e Familiares.....	57
6.5. Características Psicométricas da escala PLOC.....	58
Conclusões	60

Referências Bibliográficas	61
Anexos	64

Índice de Tabelas

Tabela 1. Desvios-padrão, mínimos e máximos da composição do agregado familiar	23
Tabela 2. Consistência interna das dimensões do Locus de Controlo Parental (PLOC) (N = 120).....	24
Tabela 3. Consistência interna das dimensões do PLOC e respetivos itens (N = 120)	26
Tabela 4. Características descritivas da escala Locus de Controlo Parental (PLOC) e respetivas subescalas	28
Tabela 5. Correlações entre o Locus de Controlo Parental e as respetivas subescalas (N = 120).....	30
Tabela 6. Análise Fatorial Exploratória do Instrumento PLOC (N = 120).....	33
Tabela 7. Correlações entre as variáveis sociodemográficas e familiares (N = 120)	38
Tabela 8. Correlações entre as Variáveis Sociodemográficas e o Locus de Controlo Parental e respetivas subescalas (N =120)	41
Tabela 9. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função da situação laboral, teste Mann-Whitney, significância e efeito	44
Tabela 10. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função do tipo de trabalho, teste Kruskal-Wallis	44
Tabela 11. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função da regularidade do trabalho, teste Mann-Whitney, significância e efeito.....	45
Tabela 12. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função da existência de contrato laboral, teste Mann-Whitney, significância e efeito.....	46
Tabela 13. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função do nível educativo, teste Kruskal-Wallis.....	46
Tabela 14. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função do tipo de família, teste Mann-Whitney, significância e efeito	47
Tabela 15. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função do tipo de família extensa, teste Mann-Whitney, significância e efeito	48
Tabela 16. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função da estabilidade familiar, teste Mann-Whitney, significância e efeito.....	48
Tabela 17. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da contribuição da própria nos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito	49
Tabela 18. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da contribuição do marido/companheiro nos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito	50

Tabela 19. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da contribuição dos pais/sogros nos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito	50
Tabela 20. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da contribuição dos filhos nos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito	51
Tabela 21. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da estabilidade dos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito.....	52
Tabela 22. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função do sexo do menor, teste t de Student	52
Tabela 23. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função do grupo etário do menor, teste t de Student.....	53

Índice de Figuras

Figura 1. Nível educativo das participantes	18
Figura 2. Estado Marital.....	18
Figura 3. Tipo de família das participantes	19
Figura 4. Situação Laboral.....	22
Figura 5. Proveniência dos Rendimentos Familiares	23
Figura 6. Scree-plot de Cattell com os itens do PLOC	36

Índice de Anexos

Anexo A – Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares

Anexo B – Consentimento Informado

Lista de Abreviaturas, siglas e símbolos

PLOC – Locus de Controlo Parental

Introdução

A família representa um contexto único, capaz de proporcionar aprendizagens e vivências afetivas profundas, constituindo um espaço de desenvolvimento primordial no qual as crianças crescem, socializam e adquirem as competências necessárias para se tornarem membros ativos da sociedade (Alarcão, 2000)

O contexto familiar é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do indivíduo (Alarcão, 2000). O reconhecimento crescente de que a família constitui um contexto significativo do ser humano, e a sua relevância na influência do desenvolvimento psicossocial das crianças, tem levado a um aumento da investigação nesta área (Bradley & Corwin, 2000). Assim, torna-se relevante explorar o funcionamento da família de modo a conseguirmos perceber como se estruturam os processos familiares. Especificamente, ao nível da parentalidade, dadas as modificações profundas no meio social e familiar devido a fatores de natureza socioeconómica e cultural, sobressai a necessidade de desenvolver mais estudos que explorem a forma como é vivenciada a parentalidade nos nossos dias.

Segundo Donald e Jureidini (2004), a parentalidade diz respeito à capacidade que os progenitores/cuidadores têm de dar resposta aos desafios relacionados com as características de personalidade da criança e do seu desenvolvimento, e também à capacidade de aceitação e preparação para lidar com as suas características pessoais que, de alguma forma, podem comprometer o seu papel parental.

Uma vez que os laços que ligam pais e filhos são fortes e a frequência de contacto entre eles é grande (pelo menos até que os filhos adquiram a sua independência), o conteúdo e a qualidade dessa relação é fundamental para o bem-estar da família, nomeadamente para o bom desenvolvimento das crianças e adolescentes (Umberson, 1989). Ao nível da parentalidade, uma das variáveis alvo de interesse por parte dos investigadores é o Locus de Controlo Parental. Este conceito refere-se ao poder e à eficácia percebida pelos pais na educação dos seus filhos em diversas situações (Campis et al., 1986; Freed & Tompson, 2011). Assim, pais com Locus de Controlo Parental externo tendem a atribuir o desenvolvimento dos filhos a fatores externos ao seu controlo, enquanto, pais com Locus de Controlo Parental interno creem que o desenvolvimento dos seus filhos está relacionado com o seu desempenho enquanto pais (Freed & Tompson, 2011).

Com o objetivo de avaliar o Locus de Controlo dos indivíduos foram desenvolvidas várias escalas para utilização em vários contextos: saúde, trabalho, satisfação conjugal, competência, controlo interpessoal e sociopolítico, realização no desporto, cuidado com os filhos, entre outros. Relativamente ao Locus de Controlo Parental, a escala *Parental Locus of Control* foi desenvolvida por Campis e colaboradores em 1986 (Dias & Trócoli, 1999). Uma vez que até à presente data não conhecemos estudos de validação da escala original

para a população portuguesa, este trabalho tem como objetivo principal o estudo psicométrico da escala de Locus de Controlo Parental de Campis e colaboradores (1986). A escala foi aplicada a uma amostra de mães portuguesas da população geral. A pertinência deste estudo recai sobre a necessidade de existirem dados normativos que permitam a comparação com grupos de risco psicossocial.

Assim, os primeiros dois capítulos deste trabalho serão dedicados à revisão da literatura sobre conceitos como a família, a parentalidade e o Locus de Controlo Parental e as relações entre si. No terceiro capítulo, referente aos objetivos da investigação, apresentaremos os objetivos gerais e específicos do nosso estudo. No quarto capítulo será apresentada a metodologia empregue: o desenho do estudo, a técnica de amostragem, a descrição e caracterização da amostra, os instrumentos de recolha de dados, os procedimentos de recolha de dados e de análise e tratamento dos mesmos. O quinto capítulo diz respeito à apresentação e análise dos resultados, que discutiremos no sexto e último capítulo. Por fim, serão apresentadas as conclusões do estudo, as suas limitações e algumas propostas de futuras investigações.

PARTE I - Enquadramento Teórico

1. Família e Parentalidade

A família constitui o principal contexto de desenvolvimento humano, sendo um dos mais importantes contextos de influência no que respeita à educação, à aprendizagem, à socialização, e ao desenvolvimento das crianças (Rodrigo & Palacios, 1998). Este conceito caracteriza-se por um compromisso pessoal entre os seus membros onde se desenvolvem sentimentos de pertença e são estabelecidas intensas relações de reciprocidade, de dependência e de intimidade (Palacios & Rodrigo, 1998).

Desta forma, o contexto familiar é essencial no amadurecimento e desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo, e possui algumas funções primordiais relacionadas entre si que podem ser agrupadas em três categorias: funções biológicas, funções psicológicas e funções sociais. Assim, a principal função biológica da família passa por garantir a sobrevivência da espécie humana, prestando os cuidados necessários para que a criança se desenvolva adequadamente. Relativamente às funções psicológicas, estas podem subdividir-se em três grupos: a) cuidar afetivamente do recém-nascido, o que irá garantir a sua sobrevivência emocional; b) durante o desenvolvimento do indivíduo, a família tem como função servir de suporte às suas ansiedades existenciais, auxiliando-o na superação de todas as crises que ocorrem durante o seu ciclo vital; c) a família deve proporcionar um ambiente adequado, capaz de permitir a aprendizagem que sustenta o processo de desenvolvimento cognitivo do ser humano. Por último, no que toca à função social da família, esta tem por base a transmissão da cultura de determinada sociedade ao indivíduo (Osório, 1996). Nesta ordem de ideias, é no contexto familiar que o indivíduo adquire os valores, as normas, as crenças e os padrões comportamentais que irão orientá-lo na sua adequação à sociedade. Segundo Sarti (2004), as normas e os valores transmitidos ao indivíduo pela sua família, irão acompanhá-lo durante toda a sua vida, funcionando como suporte para a tomada de decisões no decorrer do seu desenvolvimento e também ao longo da idade adulta.

Desde o início do século de XX até à atualidade, o conceito de família sofreu algumas alterações relativamente aos papéis parentais (Pratta & Santos, 2007). Com a mais recente organização familiar, as condições entre homens e mulheres referentes à situação profissional, às tarefas domésticas, e a educação dos filhos tornaram-se menos dispare. No entanto, a maior parte dessas tarefas continua a ser da responsabilidade da mulher, que cada vez mais tem vindo a confrontar-se com os desafios do mundo do trabalho, de modo a conciliar a vida profissional e a familiar (Scavone, 2001). Assim, presentemente, o homem deve ter uma participação ativa na educação dos seus filhos, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento de uma forma mais satisfatória e harmoniosa do que aquela que

assentava num modelo mais tradicional, cujo cuidado dos filhos e do trabalho doméstico estava a cargo da mulher (Pratta & Santos, 2007).

Segundo Relvas (2006), a parentalidade compreende em si uma grande diversidade de conceitos, vivências e teorias que nunca se esgotam, na medida em que é influenciada por uma série de fatores num dado tempo histórico. Em termos da estrutura familiar, é no subsistema parental que são estabelecidos limites entre as novas funções enquanto pais e as anteriormente definidas como associadas à conjugalidade. Casal, pais e filhos devem constituir três níveis bem identificados na estrutura familiar, de forma a existir entre eles a flexibilidade necessária a uma boa comunicação. No entanto, cada um deles deve estar suficientemente diferenciado ou individualizado.

A função parental tem implícitas várias tarefas, e de entre todas elas talvez a educação dos filhos seja a que acarreta maior complexidade. Todo o processo que a educação envolve estabelece uma ligação com alguns dos valores que os pais procuram transmitir aos seus filhos. Essa transmissão geracional é fundamental, na medida em que são os valores que orientam e determinam o comportamento. Deste modo, este processo irá influenciar as relações interpessoais desenvolvidas ao longo da vida do indivíduo. Assim, os pais, ainda que de forma inconsciente, procuram que os seus filhos desenvolvam valores familiares (Bem & Wagner, 2006).

Nesta linha de pensamento, segundo Schwartz (1994), os valores são conceitos ou crenças que sustentam e direcionam uma meta, na medida em que são eles que guiam o comportamento do indivíduo. Assim, pais e mães definem metas concretas que estão presentes nas estratégias educativas utilizadas, como forma de alcançar o que desejam para os seus filhos.

Relativamente às estratégias educativas, diversos autores empregam o termo práticas parentais e outros o termo estilos educativos. As práticas educativas correspondem às técnicas e estratégias às quais os pais recorrem para orientar o comportamento dos seus filhos, de acordo com determinados objetivos específicos nas mais variadas situações. Existe ainda a denominação de estratégias educativas ou de socialização, cuja sua função, segundo os autores, é que através delas os pais consigam comunicar aos seus filhos o desejo de que eles modifiquem o seu comportamento (Alvarenga & Piccinini, 2001; Darling & Steinberg, 1993).

As práticas educativas parentais têm vindo a ser alvo de investigação nas últimas décadas. São vários os estudos que se debruçam sobre as implicações das práticas educativas no desenvolvimento das crianças. De entre os vários fatores relacionados com o desenvolvimento infantil, os problemas ao nível do comportamento têm ganho algum relevo

como uma das variáveis ligadas às práticas educativas parentais (Alvarenga & Piccinini, 2001).

No dia-a-dia, os pais tendem a direcionar o comportamento dos seus filhos segundo alguns princípios morais e assim desenvolver neles comportamentos autónomos e responsáveis, capazes de assegurar a sua independência de forma a assumirem um papel social adequado. Outro dos objetivos das práticas educativas empregues pelos pais prende-se com o esforço para evitar ou diminuir comportamentos socialmente desadequados. Assim, para exercerem devidamente o seu papel enquanto agentes de socialização, os pais recorrem a várias estratégias de modo a orientar o seu comportamento perante os filhos (Grusec & Lytton, 1988; Mussen, Conger, Kagan, & Huston, 1990; Newcombe, 1996,1999, citados por Alvarenga & Piccinini, 2001).

Relativamente aos padrões de relação pais-filhos, também estes foram alterados ao longo do tempo. Desta forma, já não se verifica uma imposição de autoridade de pais para filhos, mas sim a valorização de um relacionamento aberto, em que existe a possibilidade de diálogo (Pratta & Santos, 2007). Segundo Caldana (1998), de acordo com esta realidade, verificam-se elementos contraditórios nas práticas educativas parentais, existindo poucas regras e limites delineados antecipadamente com o intuito de disciplinar as crianças. Para Caldana (1998), isto acontece por duas razões: devido à falta de existência de um padrão de educação que integre práticas coerentes e uniformes quer inter-famílias quer intra-famílias; e por outro lado, devido às alterações no âmbito das relações familiares ocorridas devido, sobretudo, à transição de um modelo tradicional para um modelo considerado moderno, modelo este motivado pela transformação socioeconómica que tem vindo a contribuir para uma mudança de valores dos indivíduos.

Quando os pais se deparam com o processo educativo dos filhos, certos valores e princípios entram em desacordo, o que leva esses pais a sentirem-se destituídos de um referencial que os possa guiar. Este facto determina que muitas vezes os pais se mostrem contraditórios em alguns aspetos da educação dos filhos, o que acaba por influenciar o desenvolvimento das crianças (Pratta & Santos, 2007).

Deste modo, a família constitui o primeiro grupo significativo que irá influenciar a forma como a criança socializa, e por essa razão, o que a criança experiencia nesse sistema pode tornar-se um fator de proteção ou de risco relativamente à sua vulnerabilidade ou resiliência enquanto adulto. Assim, o desenvolvimento marcado por experiências negativas vivenciadas de forma cumulativa, tem vindo a apresentar-se como um importante fator no desencadeamento de vulnerabilidade e psicopatologia na idade adulta (Rutter, Giller, & Hagell, 1998).

Segundo Malpique (1999), as experiências positivas, no sentido de relações estruturantes, vivenciadas com adultos significativos irão capacitar o indivíduo a superar situações de risco. Por sua vez, a vivência de experiências negativas, isto é, de relações desestruturantes com as figuras parentais ou até mesmo a ausência de relações significativas com estas, irão tornar o indivíduo mais vulnerável perante determinadas situações stressantes ou de risco.

Nesta linha de pensamento, as crianças expostas a determinadas variáveis ambientais ou detentoras de determinados fatores biológicos ou genéticos são mais suscetíveis de desenvolver psicopatologia, quando comparadas com crianças que não estão expostas a tais variáveis de risco. No entanto, é importante salientar que os fatores de risco por si só não determinam a presença de psicopatologia na criança, mas indicam um processo complexo que pode culminar com consequências que comprometem o desenvolvimento infantil (Ramey & Ramey, 1998).

Na literatura são encontradas diferentes conceções relativamente aos principais fatores de risco para a psicopatologia. Barnett (1997, citado por Maia & Williams, 2005) considera que o fator de risco que mais está associado à psicopatologia infantil é o maltrato da criança, isto é, os efeitos do abuso e da negligência parentais seriam muito negativos no que se refere ao impacto no seu curso de vida. Entende-se ainda por fatores de risco para o desenvolvimento infantil todas as formas de violência doméstica, tais como a violência física e psicológica (que inclui também a exposição da criança à violência conjugal), a negligência e a violência sexual (Brancalhone, Fogo & Williams, 2004).

Por outro lado, diversos fatores têm sido associados ao desenvolvimento harmonioso da criança e do adolescente sendo vistos como aqueles que modificam a resposta pessoal relativamente a algum risco que possa desencadear resultados desadaptativos, como por exemplo a capacidade de resolução de problemas, ou até mesmo o próprio estágio de desenvolvimento da criança (Rutter, 1985).

Assim, os fatores de proteção, segundo Garmezy (1985), podem dividir-se em três categorias: características da criança (autoestima, autonomia, orientação social positiva); características da família (afetividade, coesão, ausência de discórdia e ausência de negligência); fontes de apoio individual ou institucional ao dispor da criança e da sua família (a interação da criança com pares e pessoas externas à família, a rede de suporte profissional como o atendimento médico ou psicológico por exemplo e o suporte cultural).

Vickers (2001) estudou o funcionamento familiar de crianças em situação de risco em contexto escolar (problemas de comportamento, insucesso escolar e abandono escolar). Constatou que as crianças que integram estas famílias apresentam diferenças relativamente às que integram famílias onde não se verifica risco ao nível do contexto educativo,

principalmente ao nível das suas características sociodemográficas e funcionamento familiar caracterizado por dificuldades económicas, monoparentalidade, e ocorrência de diversos acontecimentos de vida negativos. Assim, as famílias em estudo apresentaram-se como menos coesas e adaptadas, revelando-se menos funcionais como contextos de desenvolvimento para as crianças.

No que toca às características psicossociais, fatores como as dificuldades económicas, a monoparentalidade, o baixo nível educativo, entre outros, tendem a dificultar o papel parental. Deste modo, se os pais possuírem determinadas competências, para além de não comprometerem o desenvolvimento dos seus filhos, ainda promovem a sua resiliência. No caso das condições educativas, estas podem muitas vezes funcionar como fator protetor, isto é, uma supervisão parental mais rigorosa leva a uma melhor adaptação da criança/adolescente em ambientes que apresentem um alto nível de delinquência (Cauce, Stewart, Rodríguez, Cochran, & Ginzler, 2003, citados por López, Martín, Cabrera & Máizquez, 2009).

Deste modo, as competências parentais podem definir-se como o conjunto de atitudes e comportamentos propícios ao bom desenvolvimento da criança (Pereira & Alarcão, 2010). Por outro lado, as capacidades parentais consistem no modo como os pais utilizam os recursos disponíveis para exercer o seu papel parental (Donald & Jureidini, 2004).

Segundo Donald e Jureidini (2004), a parentalidade adequada consiste na capacidade dos pais/cuidadores de dar resposta aos desafios relacionados com as características de personalidade e do desenvolvimento específicos do seu filho, e ainda na capacidade de aceitação e preparação para lidar com as suas próprias características que poderão perturbar a sua capacidade parental.

Por fim, é possível definir competências parentais como o conjunto de capacidades que possibilita aos pais enfrentar de modo adaptativo a tarefa de ser pais, de acordo com as necessidades desenvolvimentais e educativas dos filhos, e com os padrões considerados adequados pela sociedade de que fazem parte (López et al., 2009). As competências parentais resultam então de um ajuste entre as circunstâncias psicossociais nas quais a família está inserida, as condições educativas construídas pelos pais/cuidadores e as características da criança (White, 2005).

Além dos conceitos referidos, é importante considerar a relevância das normas sociais, culturais, e jurídicas inseridas em cada contexto, sendo que por vezes encontra-se dificuldade em delimitar o que é socialmente aceite e considerado adequado, e o que realmente é potenciador de um desenvolvimento saudável (Azar, Lauretti, & Loding, 1998). Contudo, estes conceitos não possuem ainda princípios consensuais acerca da sua

constituição, verificando apenas algum consenso acerca do que é considerado adequado e inadequado na prática parental (O'Connor, 2002).

Sabemos que são vários os fatores que influenciam a parentalidade, a forma como esta é vivenciada e os resultados que daí advém para o desenvolvimento das crianças, tal como foi discutido ao longo deste ponto. Assim, no próximo capítulo, centrar-nos-emos na explanação do conceito chave deste trabalho: o Locus de Controlo Parental.

2. Locus de Controlo Parental

Desde 1930 que os investigadores tentam responder a questões como “Qual a forma ideal de educar os filhos” e “Que consequências a nível desenvolvimental podem ocorrer em crianças que são educadas com modelos de parentalidade distintos?” (Darling & Steinberg, 1993). Neste âmbito, atualmente tem sido dado mais relevo à perspetiva dos pais acerca da influência que consideram ter ou não relativamente ao desenvolvimento e educação dos seus filhos.

Assim, salientamos o conceito de Locus de Controlo Parental, um conceito adaptado¹ de Rotter (1966), que se refere a situações específicas entre pais e filhos (Freed & Tompson, 2011). O Locus de Controlo foi definido pela primeira vez por Rotter (1966) como a tendência de uma pessoa para ver os eventos como sendo controlados ou por fatores internos ou por fatores externos. De acordo com o autor, uma pessoa com um Locus de Controlo interno acredita que um resultado depende do seu próprio comportamento, por sua vez uma pessoa com Locus Controlo externo acredita que o resultado ocorreu, não como resultado das suas próprias ações, mas sim devido a ações de outras pessoas, à sorte, ao destino, ou ao acaso (Lloyd & Hastings, 2009).

Este conceito tem vindo a ser visto como uma variável fundamental na aquisição de metas futuras, logo desde a sua introdução na literatura no âmbito da psicologia. No que diz respeito à saúde, este construto tem sido amplamente investigado, encontrando-se evidências da sua relevância no que toca à qualidade de vida e bem-estar dos sujeitos (Maisto & German, 1981; Tinsley & Holtgrave, 1989 citados por Cerqueira & Nascimento, 2008). Cada vez mais o Locus de Controlo tem sido investigado por psicólogos em vários domínios, por exemplo em ambientes educacionais e no local de trabalho. Nestes contextos tem sido demonstrado que o Locus de Controlo interno é associado a resultados mais positivos, como o melhor desempenho académico, melhores resultados no trabalho e mais motivação. No entanto o Locus de Controlo tem sido também associado a problemas psicológicos. Um estudo de Anderson (1977), revelou que pessoas com Locus de Controlo

¹ Rotter, inspirado nas teorias da aprendizagem, postulou a existência de um construto a que deu o nome de Locus de Controlo (Rotter, 1966). Segundo Bandura (1977), essas teorias, de um modo geral, são resultantes da aplicação dos princípios da aprendizagem à aquisição de comportamentos socialmente adequados e ao desenvolvimento da personalidade.

O conceito de Locus de Controlo revelou-se importante na medida em que tentou abarcar diferentes correntes da psicologia, nomeadamente o cognitivismo e o comportamentalismo. Além disso, o Locus de Controlo encerra em si fenómenos sociais de interesse e aborda variáveis sociocognitivas da personalidade, tais como o reforço, o controlo e a expectativa (Rotter, 1966).

interno são menos suscetíveis ao efeito do stresse do que aquelas que têm um Locus de Controlo mais externo (Lloyd & Hastings, 2009).

Foram desenvolvidas várias escalas com o objetivo de avaliar o Locus de Controlo dos indivíduos segundo vários contextos: saúde, trabalho, satisfação conjugal, competência, controlo interpessoal e sociopolítico, realização no desporto, cuidado com os filhos, entre outros. Relativamente ao controlo parental, foi desenvolvida a escala de Locus de Controlo Parental que procura avaliar em que medida os pais consideram que podem moldar o comportamento e o futuro dos seus filhos (Furham, 1995 citado por Dias & Tróccoli, 1999).

Neste sentido, o Locus de Controlo Parental refere-se ao poder e à eficácia percebida pelos pais na educação dos seus filhos em diversas situações (Campis et al., 1986; Freed & Tompson, 2011). Assim, pais com Locus de Controlo Parental externo tendem a atribuir o desenvolvimento dos filhos a forças externas ao seu controlo, enquanto os pais com Locus de Controlo Parental interno acreditam que o desenvolvimento dos seus filhos tem a ver com os seus próprios esforços enquanto pais (Freed & Tompson 2011).

Alguns estudos, como o de Campis e colaboradores (1986), demonstram que os pais de crianças com problemas de comportamento são mais propensos a ter crenças no Locus de Controlo Parental externo em comparação com pais de crianças sem problemas identificados (Freed & Tompson 2011). Campis e colaboradores (1986), verificaram que os pais de crianças em idade de escolaridade básica que solicitaram serviços para resolver os problemas comportamentais dos seus filhos, demonstraram mais crenças num Locus de Controlo Parental externo do que os pais que não relataram dificuldades no seu papel como pais.

Segundo Becker, Ginsburg, Domingues e Tein (2010), o Locus de Controlo Parental pode ser visto como um mecanismo de transmissão de ansiedade de pais para filhos de diferentes formas. Assim, os pais ansiosos podem ser mais propensos do que os pais não ansiosos a ter um Locus de Controlo Parental externo, e essas cognições por sua vez podem ser modeladas pelos filhos, diminuindo assim a perceção destes últimos relativamente ao controlo comportamental e correspondente aumento da sua ansiedade.

Dias e Tróccoli (1999) estudaram o impacto da satisfação com a vida e o Locus de Controlo Materno na perceção que as mães possuem sobre os seus filhos adolescentes com recurso à escala de Locus de Controlo Parental de Campis e colaboradores (1986). Concluíram então que o Locus de Controlo Parental influencia significativamente a relação mães-filhos.

Numa investigação anterior de Maisto e German (1981), cujo objetivo era perceber a relação entre o Locus de Controlo Materno e o desenvolvimento de crianças portadoras de deficiência física ou mental, sendo que as crianças beneficiavam de um programa de

intervenção precoce. Foi avaliado o desenvolvimento motor, cognitivo e da linguagem de 24 crianças com uma média de idades de 10,7 anos. Durante o período de intervenção foram realizadas quatro avaliações e uma última avaliação no final do programa (follow-up), altura em que as mães participantes responderam à Escala de Locus de Controlo de Rotter (1966). Os resultados deste estudo demonstraram que as expectativas de controlo das mães, mais concretamente as expectativas relacionadas com a internalidade, explicaram 20% e 33% da variação das capacidades das crianças relativamente ao desenvolvimento da linguagem e ao desenvolvimento cognitivo, respetivamente. Contudo, não foi encontrada qualquer relação entre o Locus de Controlo Materno e o desenvolvimento motor das crianças. Assim, os autores sugerem que as expectativas de controlo acabam por influenciar o controlo que as mães exercem sobre o desenvolvimento dos seus filhos. No entanto, é preciso ter em conta o tamanho reduzido da amostra e que a seleção dos participantes não foi aleatória.

Num outro estudo, com base no Modelo de Stresse e Adaptação Familiar, desenvolvido por Jones e Passey (2005), no qual foi investigado o stresse em famílias de crianças com perturbações do desenvolvimento e problemas de comportamento, foram entrevistados 48 cuidadores através de diferentes instrumentos, de entre os quais a Escala de Locus de Controlo Parental de Campis e colaboradores (1986). Os resultados indicaram que um dos preditores do stresse parental é o Locus de Controlo interno.

Por sua vez, Lloyd e Hastings (2009), exploraram o Locus de Controlo Parental e o bem-estar psicológico de mães de crianças com deficiência mental. Encontraram que as mães que acreditam mais no destino/acaso (controlo externo) são mais propensas a apreciar os aspetos positivos dos seus filhos, enquanto as mães que sentem que não controlam o comportamento dos seus filhos (controlo externo) tendem a não avaliar as suas crianças de uma forma positiva.

Becker e colaboradores (2010) estudaram a relação entre a ansiedade materna e os sintomas de ansiedade dos seus filhos em função do Locus de Controlo Materno. Utilizaram para avaliar o Locus de Controlo Materno externo uma subescala da Family Functioning Scale de Bloom (1985). Estes autores encontraram que as mães que relataram níveis mais elevados de ansiedade também revelaram acreditar mais que as forças externas são responsáveis pelos acontecimentos dentro da família. Por outro lado, os resultados indicaram que o Locus de Controlo Materno externo das participantes não está associado à ansiedade dos seus filhos.

Por sua vez, Hassall, Rose e McDonald (2005), investigaram a relação entre as cognições parentais, as características da criança (com deficiência mental), o apoio prestado à família e o stresse parental. Os aspetos da cognição estudados foram a

autoestima dos pais (incluindo eficácia e satisfação) e o Locus de Controlo Parental. Os resultados indicam que as mães com um Locus de Controlo Parental mais interno tendem a experienciar níveis mais baixos de stresse parental. Os autores encontraram ainda uma forte correlação entre o apoio da família e o stresse parental, sendo este último mediado pelo Locus de Controlo Parental.

Assim, de acordo com a literatura o Locus de Controlo Parental é um conceito capaz de explicar algumas variações do bem-estar materno, e como tal deve ser desenvolvida mais investigação neste âmbito (Lloyd & Hastings, 2009). Segundo Roberts, Joe e Rowe-Hallbert (1992), a escala de Locus de Controlo Parental desenvolvida por Campis e colaboradores (1986), revelou-se útil na compreensão da interação entre as atitudes dos pais e o comportamento da criança, o que também motivou o nosso interesse relativamente ao presente estudo.

PARTE II – Estudo Empírico

3. Objetivos e questões de investigação

O presente estudo decorre de um projeto de investigação mais vasto desenvolvido por investigadoras da Universidade do Algarve sobre Funcionamento Familiar. Nesta linha de trabalho, é pertinente investigar a perceção de controlo e de eficácia parental percebida em mães da população geral, de forma a responder às questões de investigação adiante colocadas. Uma vez que não se encontram disponíveis instrumentos validados para a população portuguesa que avaliem o Locus de Controlo Parental, teremos primeiramente que proceder-se ao estudo das características psicométricas do instrumento utilizado no presente estudo.

Questões de investigação:

1. Quais os níveis de Locus de Controlo Parental percebido nas participantes?
2. Existem diferenças nos níveis de Locus de Controlo Parental em função das características sociodemográficas das mães de famílias da população geral?

Seguidamente apresentamos os objetivos gerais e específicos do estudo.

Objetivos gerais

1. Estudar as propriedades psicométricas da versão portuguesa da Escala de Locus de Controlo Parental (PLOC, Campis et al., 1986);
2. Caracterizar o Locus de Controlo Parental e as suas dimensões numa amostra de mães portuguesas e estudar a sua relação com um conjunto de variáveis sociodemográficas (idade, número de filhos, anos de relação marital, pessoas que convivem no lar, menores no agregado familiar, menores de 14 anos no agregado, número de pessoas na família extensa, nível educativo, tipo de trabalho, rendimentos laborais da própria, rendimentos familiares, número de rendimentos combinados, tamanho da habitação, número de quartos e sobrelotação).

Objetivos específicos

1. Estudar as propriedades psicométricas da versão portuguesa da Escala de Locus de Controlo Parental (PLOC, Campis et al., 1986) em termos de:

a) Análise da sua fidelidade (consistência interna);

b) Análise da validade de construto (intercorrelações item-teste e análise fatorial exploratória).

2. Descrever as características do Locus de Controlo Parental nas suas dimensões (Eficácia Parental, Responsabilidade Parental, Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos, Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso, Controlo Parental do Comportamento da Criança) nas participantes do estudo.

3. Analisar eventuais relações entre o Locus de Controlo Parental percebido pelas mães e as variáveis sociodemográficas e familiares em estudo.

4. Método

4.1. Desenho do estudo

O presente estudo apresenta um desenho transversal, exploratório, com um plano descritivo e correlacional. Este tipo de estudo permite avaliar a existência de relações entre variáveis e quantificá-las. No entanto, não permite determinar uma relação de causalidade entre elas (Almeida & Freire, 2003).

4.2. Participantes

4.2.1. Técnica de Amostragem

Participaram no presente estudo 120 mães provenientes de famílias normativas da população portuguesa.

Trata-se de uma amostragem de conveniência ou intencional. Neste estudo, a amostra foi recolhida por conveniência (Almeida & Freire, 2003; Maroco, 2003) nas regiões do Alentejo e Algarve, segundo o método de bola de neve.

Estabelecemos como critérios de inclusão ter pelo menos um filho a residir em casa, com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos. Como critérios de exclusão considerámos participantes que apresentassem uma das seguintes condições: a) pertencentes a famílias indicadas pelas CPCJs ou outra entidade pública como famílias carenciadas ou em risco psicossocial; b) qualquer tipo de alterações cognitivas ou incompreensão da língua portuguesa, que pudessem comprometer a interpretação das questões.

4.2.2. Amostra

A amostra é composta por 120 mulheres, com idades compreendidas entre os 21 e os 58 anos, ($M = 38,57$; $DP = 7,21$) e com um nível de escolaridade maioritariamente elevado, já que 37,5% possui estudos universitários completos (Figura 1).

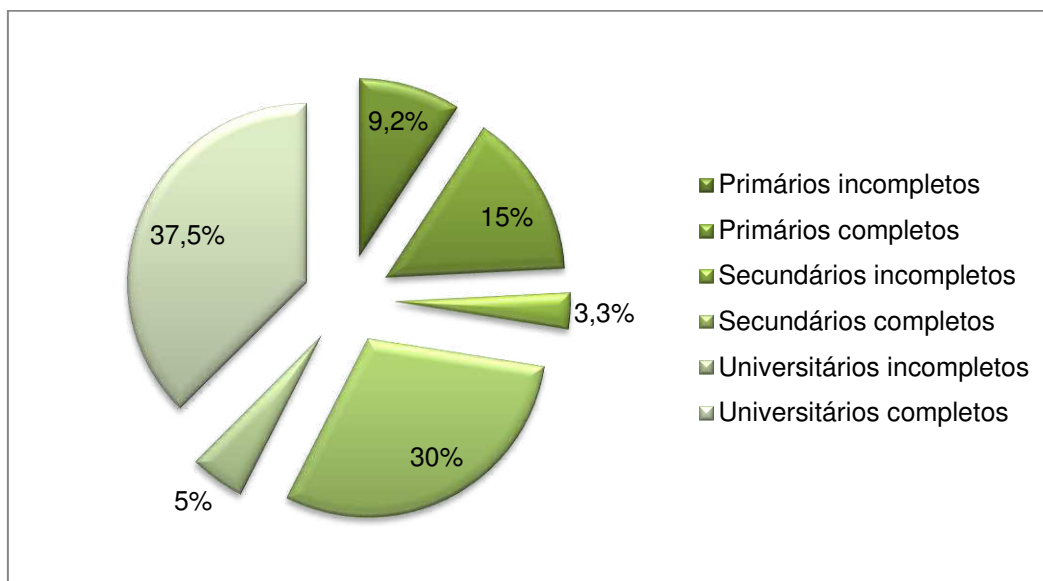


Figura 1. Nível educativo das participantes

Relativamente ao número de filhos das mães entrevistadas, verificamos que o agregado familiar é composto por uma média de 1,73 filhos, e que a maioria tem dois filhos ($n = 65$; 54,2%). Ainda, 37,5% da amostra tem apenas 1 filho ($n = 45$), 7,5 % tem três filhos ($n = 9$) e, por último, 0,8 % da amostra tem cinco filhos ($n = 1$).

Relativamente ao grupo de mães que estavam, na data da entrevista, casadas ou em união de facto o tempo médio de relação era de 13,04 anos ($DP = 7,4$, Amp. = 2-30).

No que concerne ao estado marital das participantes, observamos que a grande maioria é casada ou vive em união de facto ($n = 103$; 85,8%), enquanto as participantes separadas ou divorciadas representam 13,3% ($n = 16$), e apenas uma das participantes é solteira ($n = 1$; 0,8 %).

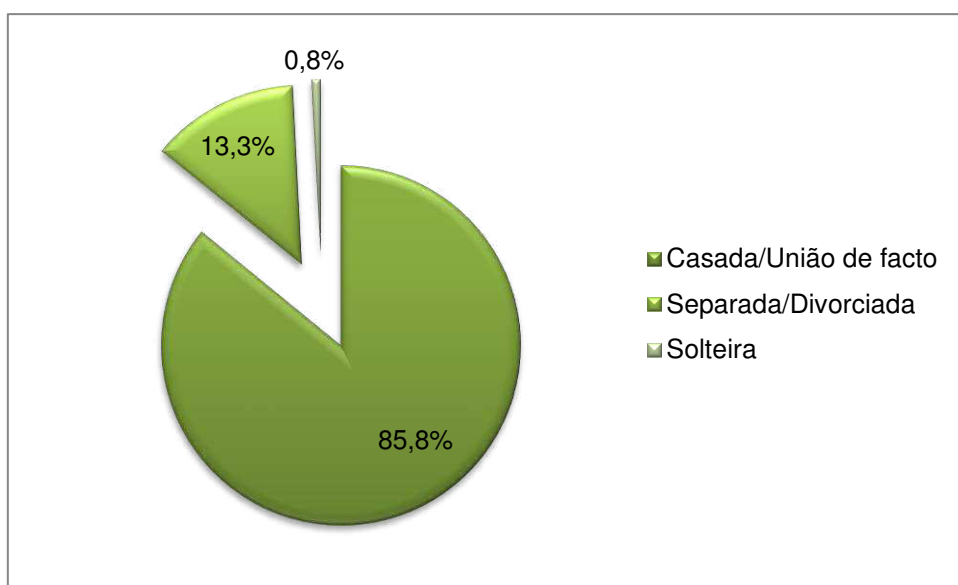


Figura 2. Estado Marital

Por último, relativamente ao tipo de família (Figura 3) verificamos que a maioria das entrevistadas pertence a uma família biparental nuclear ($n=90$; 75%), 12,5% das mães integra uma família monoparental nuclear ($n= 15$), 5,8% tem uma família extensa ($n=7$), e 6,7% tem uma família reconstituída ($n=8$).

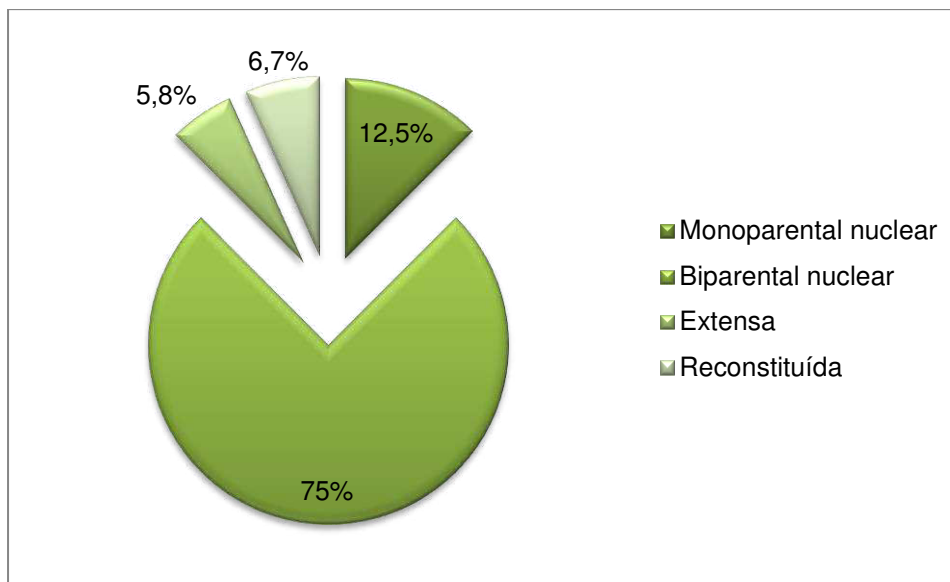


Figura 3. Tipo de família das participantes

4.3. Instrumentos

Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares (QDSDF)

Este questionário foi aplicado com o principal objetivo de recolher informações sociodemográficas e familiares, bem como questões de carácter clínico, necessárias e relevantes para a realização do estudo. O questionário enunciado foi desenvolvido por Nunes, Lemos e Valadas (2008).

PLOC (Parental Locus of Control)

Relativamente à escala de Locus de Controlo Parental (PLOC), esta foi desenvolvida por Campis e colaboradores (1986), com base no conceito de Locus de Controlo de Rotter (1966). Estes autores verificaram que pais de crianças com problemas de comportamento revelavam através da PLOC um Locus de Controlo Parental mais externo, em comparação

com pais de crianças sem problemas identificados (Hassall, Rose, & McDonald, 2005). Neste estudo, utilizamos a versão traduzida para o português de Nunes e Lemos (2012).

A PLOC é constituída por 47 itens de auto-resposta numa escala tipo *likert* de 5 pontos (1= discordo totalmente; 2= discordo bastante; 3= nem concordo nem discordo; 4= concordo bastante; 5= concordo totalmente). Esta escala é composta por 5 subescalas: a) Eficácia Parental (do item 1 ao 10), b) Responsabilidade Parental (do item 11 ao 20), c) Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos (do item 21 ao 27), d) Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso (do item 28 ao 37), e) Controlo Parental do Comportamento da Criança (do item 38 ao 47) (Campis et al., 1986).

As pontuações obtidas são interpretadas do seguinte modo, consoante a subescala em questão:

- a) *Eficácia Parental* (uma pontuação alta nesta subescala indica expectativas de autoeficácia por parte dos pais: “O que eu faço tem pouca influência no comportamento do meu filho(a)”; “Quando algo corre mal entre mim e o meu filho(a), há pouca coisa que eu possa fazer para o corrigir”);
- b) *Responsabilidade Parental* (classificações altas nesta subescala correspondem a pais que não se sentem responsáveis pelo comportamento do seu filho: “Não existem crianças boas ou más, apenas bons ou maus pais”; “Quando o meu filho(a) se porta bem, é porque está a corresponder aos meus esforços”);
- c) *Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos* (resultados elevados nesta subescala refletem que os pais sentem que as necessidades e exigências do seu filho dominam as suas vidas: “A minha vida é controlada principalmente pelo meu filho(a)”; “O meu filho(a) não controla a minha vida”);
- d) *Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso* (pais que pontuam muito nesta subescala tendem a acreditar que a parentalidade e o comportamento da criança são influenciados por fatores externos como o destino ou o acaso: “Ser bom pai ou mãe depende muitas vezes de ter a sorte de ter uma criança boazinha”; “Eu sou um daqueles pais que tiveram a sorte de ter uma criança boazinha”);
- e) *Controlo Parental do Comportamento da Criança* (os pais que se sentem incapazes de controlar os comportamentos do seu filho, tendem a pontuar alto nesta subescala: “No que diz respeito ao meu filho(a) sinto sempre que tenho as coisas sob controlo”; “Por vezes não consigo lidar com o comportamento do meu filho(a)”) (Campis et al., 1986).

4.4. Procedimentos

A participação das mães foi voluntária. Depois de esclarecidos os objetivos e procedimentos do estudo mediante o Consentimento Informado (Anexo B), as participantes responderam a um conjunto de questionários, em formato de entrevista, realizada no domicílio, em horário previamente combinado que incluía a administração em simultâneo da PLOC (Campis et al., 1986; Nunes & Lemos, 2012) e do Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares (QDSDF) (Nunes et al., 2008).

4.4.1. Recolha de dados

4.4.2. Tratamento e análise de dados

Os dados recolhidos neste estudo foram analisados estatisticamente através do *software* informático SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 21. Para analisar os dados foram utilizados métodos de estatística descritiva: frequências absolutas e relativas, desvios-padrão, médias e medianas. A fim de efetuar os contrastes de proporções e médias utilizámos testes de *t* de Student, *Mann-Whitney*; e *Kruskal-Wallis*. Para estabelecer relações de associação entre variáveis efetuámos testes de: correlação de *Pearson* e de *Spearman*, consoante a natureza métrica das variáveis.

Na análise de correlações foram considerados os seguintes valores: correlações muito fracas com valores inferiores a 0,20, correlações fracas entre os 0,20 e os 0,40, correlações moderadas entre os 0,40 e os 0,60, correlações fortes com valores de 0,60 a 0,80 e correlações muito fortes com valores superiores a 0,80.

A consistência interna foi medida pelo Alfa de *Cronbach* e a validade de constructo foi estudada pela análise fatorial exploratória da escala através do método de componentes principais com rotação ortogonal (*varimax*), da normalização de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e do teste de esfericidade de Bartlett. O nível de significância considerado neste estudo foi de 0,05.

5. Apresentação dos resultados

5.1. Características sociodemográficas da amostra

Todas as participantes no estudo apresentavam nacionalidade portuguesa.

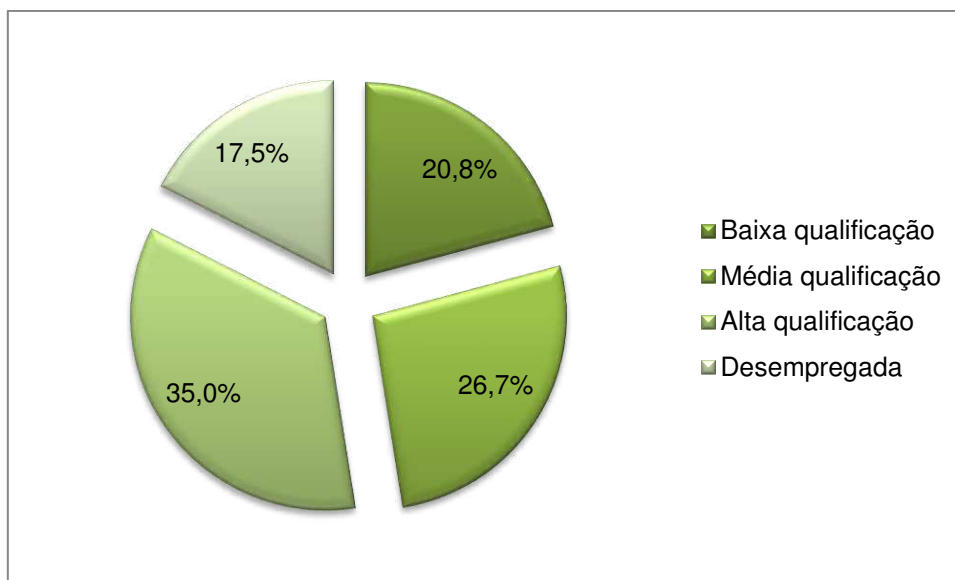


Figura 4. Situação Laboral

No que diz respeito à situação laboral das participantes, verificámos que a maioria (n = 99; 82,5%) estava empregada e possuía um emprego com qualificações elevadas (n = 42; 35,0%) e médias (n = 32; 26,7%). Assim, a maioria das participantes tinha um trabalho regular (n = 87; 87,9%). Contrariamente, 12,1% da amostra não possuía trabalho regular (n = 12). No que concerne ao contrato de trabalho podemos verificar que 81 participantes tinham um contrato de trabalho (81,8%). Por outro lado 18 participantes não possuíam contrato de trabalho (18,2%).

Relativamente à estrutura familiar, 85,8 % da amostra (n = 103) pertencia a uma família biparental, e 14,2 % (n = 17) pertencia a uma família monoparental.

As famílias apresentaram uma grande variabilidade nos seus rendimentos mensais. Em média usufruíam de 1615,73 € (DP = 954,73; Min. = 420; Máx. = 6000). Na maioria das famílias (75,8%), os rendimentos eram estáveis (i. e., o rendimento familiar era o mesmo todos os meses).

Relativamente aos rendimentos de cada uma das participantes verificámos que a média mensal era de 887,45 € (DP = 472,66), no entanto encontramos valores que

oscilavam entre os 100 e os 3000 € mensais. Constatamos ainda que 67,5 % (n = 81) tinham contrato de trabalho, mas 15 % (n = 18) não tinham qualquer contrato de trabalho.

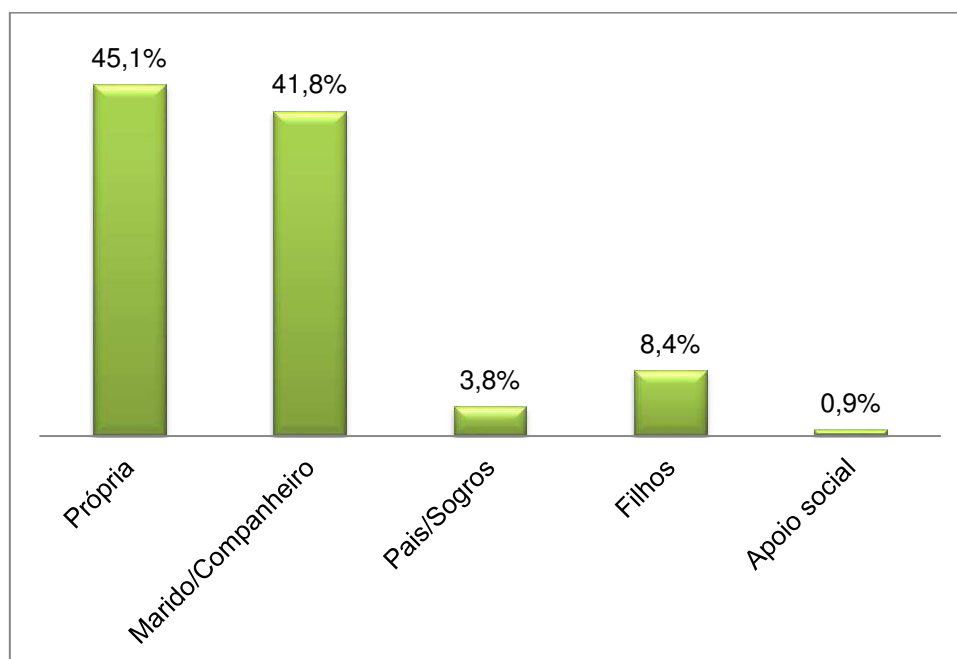


Figura 5. Proveniência dos Rendimentos Familiares

Na Figura 5 encontramos os dados relativos às fontes de rendimento do agregado familiar. Assim, a mãe entrevistada (45,1%; n = 107) e o marido e/ou companheiro da mesma (41,8%; n = 99), surgem como as principais fontes de rendimento. Verificamos, ainda, que 3,8% (n = 9) advêm dos pais e/ou sogros, 8,4% (n = 20) provêm dos filhos e apenas 0,9% (n = 2) diz respeito a apoio social.

Tabela 1. Desvios-padrão, mínimos e máximos da composição do agregado familiar

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Número de pessoas que convivem no lar	120	3,65	0,91	2	7
Menores de 18 anos no agregado familiar	120	1,43	0,62	0	4
Menores de 14 anos no agregado familiar	120	1,08	0,68	0	2
Número de pessoas na família extensa	120	0,12	0,49	0	3

Relativamente à composição do agregado familiar (Tabela 1), verificamos que em média cada agregado é constituído por 3,65 elementos (DP = 0,91; Min. = 2; Máx. = 7). Observamos ainda que as participantes têm, em média, 1,43 menores de 18 anos e 1,08 menores de 14 anos no agregado familiar. O número de menores de 18 anos varia entre os

0 e os 4 (DP = 0,62), enquanto o número de menores de 14 anos situa-se entre os 0 e os 2 (DP = 0,68).

No que diz respeito à existência de pessoas no agregado para além da família nuclear, constatamos que 94,2% da amostra não tem uma família extensa (n = 113), já uma menor parte das participantes pertence a uma família extensa (n = 7; 5,8%).

As habitações onde as mães residem têm em média 130,03 m² (DP = 47, 09; Min. = 50; Máx. = 300) de dimensão. A média do número de quartos por habitação é de 2,98 (DP = 0,85; Min. = 1; Máx. = 7). No que diz respeito ao espaço físico por habitante, verificamos que apenas uma mãe vive em condições de sobrelotação² (0,8%).

Relativamente à estabilidade familiar da amostra, 96,7% das participantes referiram não ter mudança de membros na família (n = 116), contrariamente 3,3% das mães não estão inseridas numa família estável (n = 4).

5.2. Análise das características psicométricas da PLOC

5.2.1. Análise de Fidelidade do Instrumento: Consistência Interna

De seguida apresentamos os resultados obtidos relativos à análise da consistência interna da escala PLOC para a amostra total, com base no Alfa de *Cronbach*³.

Tabela 2. Consistência interna das dimensões do Locus de Controlo Parental (PLOC) (N = 120)

	α	M r_{it} ⁴
Locus de Controlo Parental (Total)	,852	,115
Eficácia Parental	,693	,200
Responsabilidade Parental	,823	,325
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	,456	,108
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	,736	,222
Controlo Parental do Comportamento da Criança	,760	,236

Relativamente à escala Locus de Controlo Parental (i.e., pontuação total do PLOC), a consistência interna é boa ($\alpha = ,852$), visto que o valor do Alfa de *Cronbach* situa-se entre os

² Considera-se que existe sobrelotação quando há menos de 15m² por habitante.

³ Os valores superiores a 0,90 representam um Alfa de *Cronbach* muito bom, entre 0,80 e 0,90 é bom, entre 0,70 a 0,80 é razoável, de 0,60 a 0,70 é fraco e inferior a 0,60 é inadmissível (Pestana & Gageiro, 2005).

⁴ Média das correlações inter-item.

0,80 e os 0,90. Outra dimensão que também apresenta uma boa consistência interna é a Responsabilidade Parental ($\alpha = ,823$).

Na Tabela 2, observa-se que os valores do Alfa de *Cronbach* foram satisfatórios para as dimensões Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso ($\alpha = ,736$) e Controlo Parental do Comportamento da Criança ($\alpha = ,760$).

É ainda possível verificar que a subescala referente à Eficácia Parental apresenta um valor de Alfa de *Cronbach* fraco ($\alpha = ,693$) e que a dimensão de Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos assume um valor inaceitável ($\alpha = ,456$).

5.2.2. Estudo da validade de construto

As correlações médias inter-item foram de 0,115 para a pontuação total referente ao Locus de Controlo Parental. Relativamente às subescalas do PLOC, ainda na Tabela 2, observa-se que os valores das inter-correlações dos itens foram de 0,200 para a Eficácia Parental, 0,325 para a Responsabilidade Parental, 0,108 para o Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos, 0,222 para as Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso e 0,236 para o Controlo Parental do Comportamento da Criança. A maioria das correlações referidas são fracas, com a exceção do Locus de Controlo Parental e da subescala Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos que são muito fracas, já que o valor do r é inferior a 0,20.

No que se refere às correlações obtidas entre cada item e a pontuação total do instrumento (i.e., correlações item-total), os itens com valores inferiores a 0,30 devem ser retirados, uma vez que sugere que um dado item não correlaciona muito bem com a escala global (Field, 2009).

Deste modo, na Tabela 3, constata-se que 10 itens apresentam valores inferiores a 0,30, em que dois correspondem a itens da Eficácia Parental (i.e., itens 3 e 6), quatro compõem a subescala Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos (i.e., itens 23, 25, 26 e 27), dois referem-se às Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso (i.e., itens 33 e 37) e, por último, dois constituem o Controlo Parental do Comportamento da Criança (i.e., itens 46 e 47).

É de referir que os itens 25 e 47, relativos às subescalas Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos e Controlo Parental do Comportamento da Criança, respetivamente, apresentam os piores valores de correlação item-total ($,031$). Ainda na Tabela 3, pode-se observar que se os itens 25 e 47 fossem eliminados, o valor do alfa de *Cronbach* referente a cada subescala aumentaria para 0,528 e 0,789, respetivamente.

Tabela 3. Consistência interna das dimensões do PLOC e respetivos itens (N = 120)

		Mdn r_{it}^5	α se item eliminado
Eficácia Parental	O que eu faço tem pouca influência no comportamento do meu filho(a) (item 1)	,339	,675
	Quando algo corre mal entre mim e o meu filho(a), há pouca coisa que eu possa fazer para o corrigir (item 2)	,530	,646
	Os pais devem abordar os problemas que têm com os filhos porque ignorá-los não os fará desaparecer (item 3)	,251	,689
	Se apesar dos seus esforços o seu filho(a) fizer birras, mais vale desistir (item 4)	,328	,674
	O meu filho(a) habitualmente consegue fazer o que quer, por isso nem vale a pena tentar (item 5)	,496	,651
	Por muito que um pai/mãe se esforce, algumas crianças nunca aprendem (item 6)	,268	,690
	Frequentemente, eu consigo prever o comportamento do meu filho(a) perante as situações (item 7)	,337	,672
	Nem sempre é sensato esperar muito do meu filho(a) porque, muitas vezes, as coisas acontecem por uma questão de sorte (item 8)	,349	,671
	Quando o meu filho(a) se zanga, se eu me mantiver calmo(a), geralmente consigo lidar com ele (item 9)	,308	,677
	Quando espero algo de bom do meu filho(a), sei que o posso ajudar a alcança-lo (item 10)	,466	,652
Responsabilidade Parental	Não existem crianças boas ou más, apenas bons ou maus pais (item 11)	,359	,824
	Quando o meu filho(a) se porta bem, é porque está a corresponder aos meus esforços (item 12)	,382	,819
	Os pais que não conseguem que os filhos lhes deem ouvidos não sabem como dar-se bem com eles (item 13)	,388	,821
	Os problemas de comportamento do meu filho(a) são apenas da minha responsabilidade (item 14)	,502	,808
	Se as pessoas capazes não conseguem ser bons pais é porque não foram suficientemente persistentes (item 15)	,571	,801
	Os problemas de comportamento das crianças devem-se muitas vezes a erros que os pais cometem (item 16)	,636	,793
	Quando os filhos fazem os pais sentir-se impotentes é porque não estão a utilizar os melhores métodos para os educar (item 17)	,620	,799
	A maior parte dos problemas de comportamento das crianças não teriam acontecido se os seus pais tivessem sabido educá-las (item 18)	,630	,794
	Eu sou responsável pelo comportamento do meu filho(a) (item 19)	,569	,802
	Os êxitos e fracassos que tive como pai/mãe são o resultado direto do meu comportamento (item 20)	,485	,810
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	A minha vida é controlada principalmente pelo meu filho(a) (item 21)	,312	,368
	O meu filho(a) não controla a minha vida (item 22)	,380	,312
	O meu filho(a) influencia o número de amigos que eu tenho (item 23)	,252	,404
	Sinto que o que acontece na minha vida é determinado principalmente pelo meu filho(a) (item 24)	,329	,359
	Para mim é fácil evitar e funcionar independentemente das tentativas que o meu filho(a) faz para me controlar (item 25)	,031	,528
	Quando cometo um erro com o meu filho(a), normalmente consigo corrigi-lo (item 26)	,122	,453
	Mesmo que uma criança faça birras com frequência, os seus pais não devem desistir (item 27)	,104	,459

⁵ Correlações item-total.

Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	Ser bom pai ou mãe depende muitas vezes de ter a sorte de ter uma criança boazinha (item 28)	,332	,725
	Eu sou um daqueles pais que tiveram a sorte de ter uma criança boazinha (item 29)	,379	,718
	Tenho chegado à conclusão que, no que diz respeito aos filhos, o que tiver de acontecer acontecerá (item 30)	,463	,704
	O destino foi bom comigo, se tivesse tido uma criança com mau feitio não sei o que teria feito (item 31)	,510	,698
	O êxito em lidar com os filhos parece ser mais uma questão do humor e dos sentimentos da criança em cada momento, e não do que os pais fazem (item 32)	,528	,694
	Nem o meu filho(a) nem eu somos responsáveis pelo seu comportamento (item 33)	,298	,729
	Para conseguir que os meus planos resultem, asseguro-me que vão de encontro aos desejos do meu filho(a) (item 34)	,439	,709
	A maioria dos pais não se apercebe até que ponto o destino dos seus filhos é influenciado pelos acontecimentos acidentais (item 35)	,424	,712
	A personalidade de uma criança depende sobretudo da hereditariedade, do que ela traz quando nasce (item 36)	,519	,696
Sem fazer as devidas pausas (por ex., ter algum tempo para si) uma pessoa não consegue ser um(a) pai (mãe) eficaz (item 37)	,117	,759	
Controlo Parental do Comportamento da Criança	No que diz respeito ao meu filho(a) sinto sempre que tenho as coisas sob controlo (item 38)	,369	,747
	Por vezes não consigo lidar com o comportamento do meu filho(a) (item 39)	,505	,728
	Às vezes sinto que o comportamento do meu filho(a) não tem solução (item 40)	,589	,720
	Muitas vezes é mais fácil deixar que o meu filho(a) leve a sua avante do que aturar uma birra (item 41)	,369	,747
	Às vezes apercebo-me que o meu filho(a) consegue levar-me a fazer coisas que eu não queria (item 42)	,438	,738
	Frequentemente, o meu filho(a) comporta-se de uma forma muito diferente da que eu gostaria (item 43)	,498	,729
	Às vezes, quando estou cansado(a), deixo o meu filho(a) fazer coisas que habitualmente não deixaria fazer (item 44)	,613	,710
	Às vezes sinto que não tenho suficiente controlo sobre o rumo que a vida do meu filho(a) está a levar (item 45)	,650	,710
	Eu deixo que o meu filho(a) faça aquilo que quer (item 46)	,188	,765
Não é muito difícil conseguir mudar as ideias do meu filho(a) sobre algumas coisas (item 47)	,031	,789	

5.2.2.1. Intercorrelações da escala PLOC e respetivas subescalas

Na Tabela 4 apresentamos os dados descritivos relativos à escala Locus de Controlo Parental e respetivas subescalas: Eficácia Parental, Responsabilidade Parental, Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos, Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso, Controlo Parental do Comportamento da Criança.

Tabela 4. Características descritivas da escala Locus de Controlo Parental (PLOC) e respetivas subescalas

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Locus de Controlo Parental (Pontuação Total)	120	108,30	17,41	60,00	157,00
Eficácia Parental	120	17,61	4,86	10,00	33,00
Responsabilidade Parental	120	27,12	6,45	10,00	44,00
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	120	14,62	3,45	7,00	23,00
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	120	27,23	6,14	13,00	44,00
Controlo Parental do Comportamento da Criança	120	21,73	5,80	10,00	36,00

Relativamente ao Locus de Controlo Parental (Tabela 4), verificamos que os valores obtidos oscilam entre 60, e 80, pontos, com uma dispersão elevada (DP = 17,41). As mães entrevistadas apresentam, em média, um nível de Locus de Controlo Parental de 108,30 pontos. Considerando que as pontuações possíveis deste instrumento variam entre os 47 e os 235 pontos, podemos afirmar que as participantes reportam um nível de Locus de Controlo Parental médio.

No que diz respeito à dimensão Eficácia Parental, o valor médio obtido foi de 17,61 pontos, com uma amplitude de pontuações entre os 10, e os 33, pontos e um desvio-padrão de 4,86. Tendo em conta que o valor mínimo e máximo desta subescala é de 10 e 50, respetivamente, verificamos que as mães percecionam um nível de Eficácia Parental ligeiramente baixo.

A Responsabilidade Parental apresenta valores que oscilam entre os 10, e os 44, pontos e um desvio-padrão de 6,45. A média de Responsabilidade Parental das mães é de 27,12 pontos. Sabendo que as pontuações desta subescala estão entre 9 e 45 observamos que as entrevistadas exibem uma Responsabilidade Parental média.

No que concerne ao Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos, constatamos que o valor médio obtido foi de 14,62 pontos, com uma amplitude de pontuações entre 7, e 23, e um desvio padrão de 3,45. Considerando as pontuações possíveis nesta

dimensão (um mínimo de 6 e um máximo de 30), as mães entrevistadas reportaram um nível médio de Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos.

Na dimensão Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso encontramos um valor médio de 27,23 pontos (Amp= 13-44; DP= 6,14). Considerando que as pontuações possíveis desta subescala variam entre 9 e 45 pontos, observamos que as entrevistadas apresentam Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso ligeiramente elevadas.

Por último, relativamente ao Controlo Parental do Comportamento da Criança, observamos que os valores variam entre 10, e 36, pontos, com um desvio-padrão de 5,80. As entrevistadas apresentam em média um nível de Controlo Parental do Comportamento da Criança de 21,73 pontos. Tendo em conta que os valores desta dimensão variam entre 9 e 45, a Tabela 4 mostra que as mães reportaram um índice médio de Controlo Parental do Comportamento da Criança.

Tabela 5. Correlações entre o Locus de Controlo Parental e as respetivas subescalas (N = 120)

	Locus de Controlo Parental (Pontuação Total)	Eficácia Parental	Responsabilidade Parental	Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	Controlo Parental do Comportamento da Criança
Locus de Controlo Parental (Pontuação Total)	–	,686^{***}	,619^{***}	,558^{***}	,641^{***}	,728^{***}
Eficácia Parental		–	,252^{**}	,195[*]	,387^{***}	,415^{***}
Responsabilidade Parental			–	,155[*]	,134[#]	,301^{***}
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos				–	,280^{**}	,447^{***}
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso					–	,224^{**}
Controlo Parental do Comportamento da Criança						–

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

Na Tabela 5, podemos observar que o Locus de Controlo Parental está positiva e fortemente relacionado com a Eficácia Parental ($r_{(120)} = ,686$; $p = ,000$), com a Responsabilidade Parental ($r_{(120)} = ,619$; $p = ,000$), com as Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso ($r_{(120)} = ,641$; $p = ,000$) e com o Controlo Parental do Comportamento da Criança ($r_{(120)} = ,728$; $p = ,000$). Esta variável está ainda associada positivamente ao Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos ($r_{(120)} = ,558$; $p = ,000$), contudo esta associação é moderada.

A Eficácia Parental relaciona-se positiva e fracamente com a Responsabilidade Parental ($r_{(120)} = ,252$; $p = ,003$) e com as Crenças Parentais sobre o Destino ou o Acaso ($r_{(120)} = ,387$; $p = ,000$). Verificamos também uma relação significativa positiva e fraca com o Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos ($r_{(120)} = ,195$; $p = ,016$), e ainda significativa positiva e moderada com o Controlo Parental do Comportamento da Criança ($r_{(120)} = ,415$; $p = ,000$).

A subescala Responsabilidade Parental surge significativa e positivamente, associada com a subescala Controlo da Vida dos Pais por parte dos filhos ($r_{(120)} = ,155$; $p = ,045$), e ainda uma associação significativa positiva com o Controlo Parental do Comportamento da Criança ($r_{(120)} = ,301$; $p = ,000$). A subescala Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos surge positiva e significativamente associada à subescala Crenças parentais sobre o Destino ou Acaso ($r_{(120)} = ,280$; $p = ,001$), e com a subescala Controlo Parental do Comportamento da Criança ($r_{(120)} = ,447$; $p = ,000$), cuja magnitude é moderada.

Por fim, as Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso relacionam-se positiva e significativamente com o Controlo Parental do Comportamento da Criança ($r_{(120)} = ,224$; $p = ,007$).

5.2.2.2. Análise Fatorial

A validade de constructo referente ao instrumento PLOC foi avaliada pela análise fatorial exploratória, através do método de extração de fatores por componentes principais, com rotação ortogonal (i.e., varimax).

Neste estudo, relativamente à adequação da amostra, os valores de Kaiser Meyer-Olkin ($KMO = ,598$) são, de acordo com Field (2009⁶), medíocres, enquanto que o teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2(1081) = 2384,10$; $p = ,000$) revelou que as correlações entre os itens eram suficientemente grandes para proceder à análise dos componentes principais.

⁶ Segundo Field (2009), os valores de KMO inferiores a 0,5 são inaceitáveis, entre 0,5 e 0,7 são medíocres, entre 0,7 e 0,8 são bons, entre 0,8 e 0,9 são muito bons e superior a 0,9 são excelentes.

Pestana e Gageiro (2008) apontam para a necessidade de ter um mínimo de 5 sujeitos por cada item da escala, sugerindo assim, para o instrumento PLOC, uma amostra total com pelo menos 235 sujeitos. Ora esta condição não se verifica no presente estudo, podendo assim explicar os valores baixos do KMO.

Tabela 6. Análise Fatorial Exploratória do Instrumento PLOC (N = 120)

	Fatores															h ²
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
ploc18i	,763	,087	,070	,152	,066	,070	-,050	,056	,167	,162	,075	-,063	-,033	-,124	-,235	,768
ploc16i	,748	,061	,103	,154	,125	-,033	,030	,036	-,158	-,047	,015	,260	-,129	,173	-,129	,775
ploc17i	,719	,157	,168	,001	,149	-,050	-,134	-,036	-,005	-,054	,162	-,070	,277	-,026	-,071	,730
ploc15i	,704	,041	-,154	,066	,001	,057	,067	-,077	-,024	,174	-,076	,153	,181	-,098	,185	,675
ploc19i	,616	,245	-,043	-,215	,016	,249	-,007	,300	,158	-,078	,137	-,134	-,138	,219	-,123	,790
ploc20i	,572	-,121	,150	,310	,073	,212	-,085	,175	-,091	-,068	-,044	,051	-,006	,076	,225	,622
ploc14i	,562	,056	-,234	-,073	-,135	,314	,080	-,088	-,042	-,321	,114	,264	-,206	,089	,131	,765
ploc13i	,421	,048	,022	-,075	-,151	,025	-,080	,135	-,151	,374	,219	,164	,370	,056	-,044	,613
ploc45	,059	,719	-,043	,041	,196	,142	,233	,060	,129	,147	,072	,068	-,118	-,050	,116	,718
ploc43	,097	,712	-,031	-,004	-,003	-,094	,154	,139	,032	-,048	,074	-,073	,032	,118	-,100	,608
ploc40	,004	,705	,293	,086	-,005	-,031	-,024	-,066	,005	,044	,030	,181	,093	,175	-,108	,683
ploc39	,102	,704	,043	,175	,119	,006	-,079	-,155	,096	-,006	-,105	,073	,208	-,074	,045	,659
ploc44	,064	,590	,161	,005	,324	,018	,291	,002	-,110	,057	,147	,153	-,175	-,146	,316	,780
ploc42	,046	,526	,229	,110	-,128	-,115	,042	,317	,021	,136	-,092	-,126	,029	-,260	,255	,652
ploc26i	,102	,394	,288	,156	-,079	,316	-,193	-,069	-,214	,004	,167	-,008	,137	,368	,135	,666
ploc4	,126	,116	,764	-,050	,095	-,057	-,096	,103	,077	,079	-,105	-,043	,096	,112	,087	,702
ploc46	-,038	,140	,592	,053	,108	-,153	,059	-,067	,130	,164	,153	,189	-,229	,267	-,103	,654
ploc41	,109	,173	,577	,279	,084	,039	,287	-,035	,131	-,013	,258	,159	-,020	-,228	-,089	,714
ploc27i	-,094	-,052	,574	,024	,087	,185	-,013	,090	-,025	,106	,208	,139	,322	-,019	-,120	,585
ploc5	,022	,146	,534	,047	,504	-,136	,046	,117	,136	-,096	-,284	,157	,006	-,037	,022	,732
ploc30	,043	,055	-,077	,730	,149	-,253	,066	,102	,130	,091	,092	-,111	,055	-,085	,019	,701
ploc32	,221	,186	,006	,627	,080	-,051	-,126	,240	,222	,087	-,140	,073	,039	,155	,017	,667
ploc33	,142	,114	,244	,604	,046	,240	-,060	-,048	,146	-,032	,046	,080	,119	,199	-,171	,637
ploc36	-,030	,081	,068	,501	,011	-,291	-,007	,453	,018	,168	,237	,174	-,107	,082	,143	,707
ploc1	,086	,113	,079	,065	,785	-,030	,042	,037	,016	-,011	,044	-,071	,024	,003	-,106	,671
ploc2	,109	,058	,202	,168	,730	-,057	-,064	,172	,004	-,005	-,004	,057	,083	,251	,111	,739
ploc12i	,360	,250	-,134	-,256	,362	,255	,065	,054	,207	-,050	,360	-,098	-,080	-,208	,040	,715

ploc47i	,210	-,026	-,065	-,074	-,019	,713	,013	,011	,081	,191	-,108	,054	,077	,023	,115	,641
ploc6	-,037	,126	-,009	,032	,250	-,573	-,114	,235	,282	,053	-,247	,058	,152	-,001	,024	,732
ploc38i	,166	,429	-,043	-,170	,046	,453	,109	,294	-,130	-,088	,049	-,005	,087	-,131	-,253	,663
ploc29	,048	-,233	-,108	,135	-,150	-,397	,226	,242	,313	,181	,198	-,155	-,004	,334	-,002	,682
ploc21	-,028	,167	,067	-,206	-,068	,013	,777	,004	,039	,130	,030	-,084	-,106	,071	,018	,727
ploc22i	-,081	,175	-,065	,155	,100	,057	,757	,070	-,046	,133	-,080	,055	,314	,087	,046	,794
ploc8	,085	,045	,024	,069	,175	-,099	-,047	,713	,002	-,127	,029	,133	,160	-,062	-,091	,639
ploc35	,013	-,015	,099	,190	,077	,073	,144	,626	,207	,110	,007	-,101	-,154	,098	,171	,597
ploc25i	,229	,076	,124	,293	-,260	,039	,007	,323	-,227	-,236	-,138	-,162	,303	,119	,123	,606
ploc34	-,052	,150	,164	,222	-,072	,023	,129	,139	,761	-,097	-,090	,021	,109	,012	,113	,766
ploc31	,021	,000	,132	,176	,198	-,161	-,179	,003	,677	,194	,102	,072	,063	,253	,083	,733
ploc23	,009	,069	,085	,036	-,112	,064	,011	-,073	,025	,779	-,035	,038	,064	,048	,089	,659
ploc24	,048	,040	,081	,111	,124	,018	,318	,053	,041	,713	-,012	-,023	-,135	,019	-,010	,673
ploc11i	,341	-,092	,060	,136	-,075	-,088	,219	-,113	-,162	-,083	,659	,003	,073	,088	,243	,760
ploc9i	,019	,176	,101	,001	,064	,023	-,205	,163	,093	,012	,634	,171	,230	-,035	-,085	,616
ploc3i	,111	,045	,167	,026	-,075	-,012	,043	,034	,016	,007	,025	,866	,070	,057	-,106	,822
ploc10i	,257	,256	,096	,011	,210	,144	-,249	,057	,118	,091	,235	,574	,158	,122	,093	,727
ploc7i	,073	,131	,119	,118	,102	,001	,120	-,007	,197	-,040	,192	,119	,778	-,019	-,075	,778
ploc28	,036	,015	,095	,105	,146	-,014	,141	,028	,157	,056	-,030	,111	-,021	,800	,008	,745
ploc37	-,075	,063	-,074	-,030	-,019	,058	,037	,059	,140	,066	,050	-,078	-,059	,015	,865	,809
Valores Próprios (eigenvalues)	7,05	4,07	3,06	2,54	2,16	1,89	1,62	1,53	1,48	1,41	1,38	1,27	1,22	1,09	1,05	
Variância explicada (%)	15,01	8,66	6,51	5,39	4,60	4,01	3,45	3,25	3,14	2,99	2,94	2,70	2,60	2,33	2,23	
Variância acumulada (%)	15,01	23,67	30,18	35,58	40,17	44,18	47,63	50,88	54,02	57,02	59,95	62,66	65,25	67,58	69,82	

Na Tabela 6, observamos que a análise dos componentes principais obteve uma solução de quinze fatores para os 47 itens do instrumento PLOC (*eigenvalues* $\geq 1,0^7$). A solução extraída explica 69,82% da variância total da escala e a grande maioria dos itens apresentaram uma carga fatorial superior a 0,50⁸ nos respetivos fatores, com a exceção dos itens 12, 13, 25, 26, 29 e 38, cujos valores se situaram entre os 0,323 e os 0,453.

Na última coluna da Tabela 6, estão representadas as comunalidades (h^2) que dizem respeito à proporção da variância de cada item incluído na análise que pode ser explicada pelos componentes extraídos (e.g., os quinze fatores extraídos explicam 76,8% da variância do item 18). De acordo com Field (2009), os valores das comunalidades devem ser sempre superiores a 0,50 após a extração e no presente estudo podemos verificar, através da Tabela 6, que todos os itens assumiram valores superiores a 0,50.

No entanto, considerando que o número de fatores extraídos com base no critério de Kaiser foi relativamente elevado e segundo Maroco (2003), este critério de extração de fatores, quando usado isoladamente, poderá conduzir à sobrestimação do número de fatores devido à amostragem, recorreremos ainda ao *scree-plot* (Figura 6).

⁷ Segundo a regra de Kaiser, os valores próprios (i.e., *eigenvalues*) superiores a 1,0 representam o número de fatores a reter (Field, 2009, Pestana & Gageiro, 2008).

⁸ Critério para qualificação da saturação fatorial: $r \geq 0,40$, preferencialmente $r \geq 0,50$ (Field, 2009).

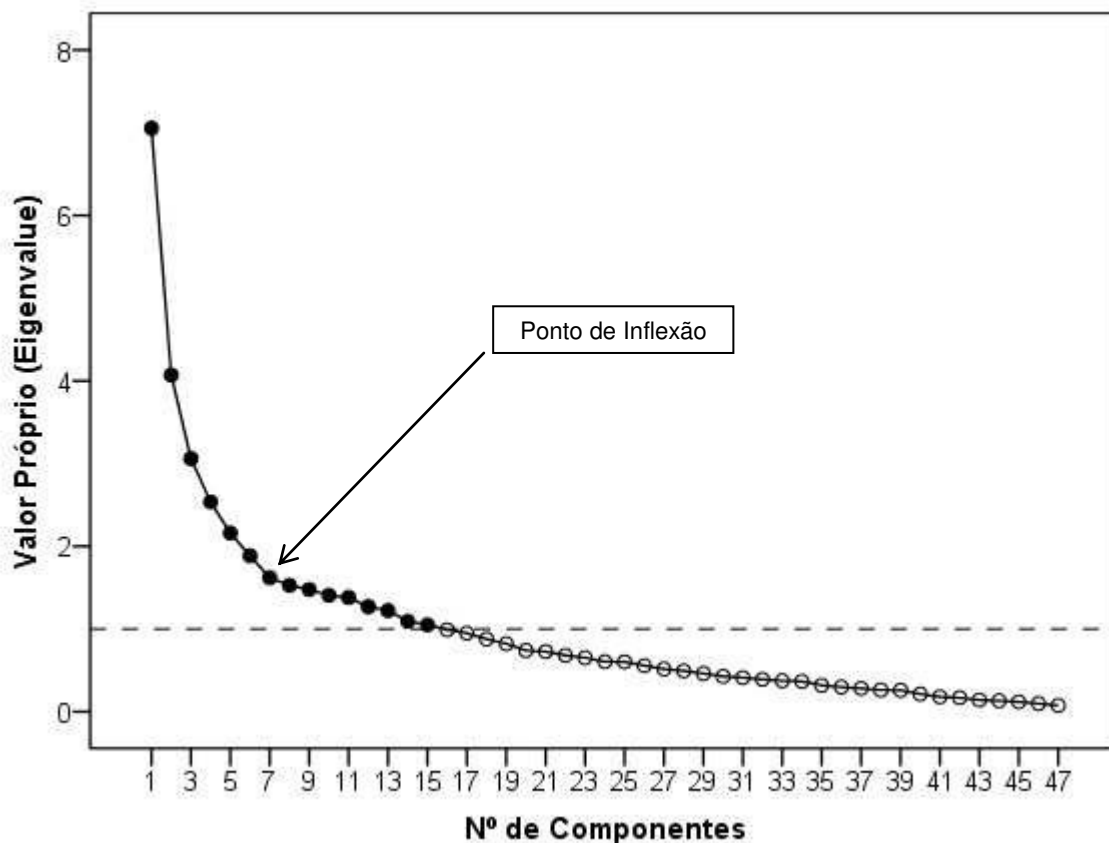


Figura 6. Scree-plot de Cattell com os itens do PLOC

De acordo com Pestana e Gageiro (2008), quando o número de variáveis é superior a 30 deve-se utilizar apenas o critério do *scree-plot* (Figura 6), onde o número apropriado de fatores a reter é o número de fatores que se encontram à esquerda do ponto de inflexão. Assim, com base no ponto de inflexão (Figura 6), constatamos que deve ser retidos apenas os primeiros seis fatores.

Deste modo, o primeiro fator é composto por oito itens (do item 13 ao 20) relacionados com a responsabilidade parental, onde a variância corresponde a 15,01% (Tabela 6). Por sua vez, o segundo fator é construído por sete itens (i.e., itens 26, 39, 40, 42, 43, 44 e 45) referentes ao controlo parental do comportamento do menor e explica 8,66% da variância do instrumento. Relativamente aos fatores 3 e 4, verificamos que o primeiro é composto por cinco itens (i.e., itens 4, 5, 27, 41 e 47), enquanto o segundo é formado apenas por quatro itens (i.e., itens 30, 32, 33 e 36) e as variâncias dos mesmos correspondem a 6,51% e 5,39%, respetivamente. O fator 3 parece estar relacionado com as atitudes parentais face às birras dos filhos, enquanto o fator 4 representa as crenças parentais sobre o destino ou acaso. O fator 5, por sua vez, é formado somente pelos itens 1, 2 e 12, representando 4,60% da variância do instrumento. Por último, o fator 6 é

constituído pelos itens 6, 29, 38 e 47 e a respetiva variância corresponde a 4,01%. O fator 5 parece estar relacionado com a eficácia parental, enquanto o fator 6 refere-se tanto ao esforço parental como ao controlo parental face ao comportamento dos filhos.

5.3. Relações entre as Características Sociodemográficas e o Locus de Controlo Parental percebido

Tabela 7. Correlações entre as variáveis sociodemográficas e familiares (N = 120)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1. Idade ^(a)	–	,347^{***}	,730^{***}	,108	–,117	–,492^{***}	–,112	–,150 [#]	–,069	,130	,097	–,259^{**}	,171[*]	,264^{**}	–,098
2. Número de filhos ^(a)		–	,254^{**}	,703^{***}	,607^{***}	,194[*]	–,081	–,257^{**}	–,205[*]	–,059	,083	,004	,073	,165[*]	,398^{***}
3. Anos de relação marital ^(a)			–	,129[#]	–,133[#]	–,352^{***}	–,108	–,124	–,118	–,054	–,144[#]	–,288^{**}	,189[*]	,390^{***}	–,088
4. Pessoas que convivem no lar				–	,594^{***}	,315^{***}	,469^{***}	–,197[*]	–,184[*]	–,051	,278^{**}	,156[*]	,364^{***}	,370^{***}	,369^{***}
5. Menores no agregado familiar ^(a)					–	,628^{***}	,029	,007	,015	–,054	,223[*]	,053	,061	,101	,328^{***}
6. Menores de 14 anos no agregado ^(a)						–	,075	,165[*]	,126	,055	,177[*]	,196[*]	,068	–,070	,168[*]
7. Número de pessoas na família extensa ^(a)							–	–,039	–,067	–,053	,050	,098	,343^{***}	,272^{**}	,017
8. Nível Educativo ^(b)								–	,946^{***}	,675^{***}	,514^{***}	,015	,308^{***}	,247^{**}	–,473^{***}
9. Tipo de Trabalho ^(b)									–	,774^{***}	,602^{***}	–,107	,295^{**}	,239^{**}	–,425^{***}
10. Rendimentos laborais da própria ^(a)										–	,681^{***}	–,230[*]	,237[*]	,070	–,282[*]
11. Rendimentos familiares ^(a)											–	,200[*]	,353^{***}	,205[*]	–,149
12. Número de rendimentos combinados ^(a)												–	–,002	–,035	,128[#]
13. Tamanho da habitação ^(a)													–	,669^{***}	–,684^{***}
14. Número de quartos ^(a)														–	–,404^{***}
15. Sobrelotação ^(a)															–

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

^(a) Correlação de *Pearson*; ^(b) Correlação de *Spearman*

Na Tabela 7, observamos que a idade das mães surge significativa e positivamente relacionada com o número de filhos ($r_{(120)} = ,347$; $p = ,000$), e com os anos de relação marital ($r_{(103)} = ,730$; $p = ,000$), tal como esperado. Contudo, o número de filhos apresenta uma associação cuja magnitude é fraca, e os anos de relação marital está fortemente associado à idade das mães entrevistadas. Além disso, esta variável apresenta correlações negativas com o número de menores de 14 anos no agregado ($r_{(120)} = -,492$; $p = ,000$), sendo esta uma associação moderada, e com o número de rendimentos combinados ($r_{(120)} = -,259$; $p = ,002$) em que verificamos uma magnitude fraca.

A variável número de filhos encontra-se significativa e positivamente relacionada, embora com muito baixa magnitude, com o número de menores de 14 anos no agregado familiar ($r_{(120)} = ,194$; $p = ,017$). Verificamos ainda associações positivas e fracas com os anos de relação marital ($r_{(103)} = ,254$; $p = ,005$) e fortes com o número de pessoas que convivem no lar ($r_{(120)} = ,730$; $p = ,000$) e com o número de menores no agregado familiar ($r_{(120)} = ,607$; $p = ,000$). Além disso esta variável apresenta correlações negativas e fracas com o nível educativo das mães ($r_{(120)} = -,257$; $p = ,002$) e o tipo de trabalho ($r_{(99)} = -,205$; $p = ,021$).

O número de anos de relação entre os progenitores relaciona-se negativa e fracamente com o número de menores de 14 anos no agregado ($r_{(103)} = -,352$; $p = ,000$) e com o número de rendimentos combinados ($r_{(103)} = -,288$; $p = ,002$).

O número de pessoas que convivem no lar está positiva e muito fracamente relacionado com número de rendimentos combinados ($r_{(120)} = ,156$; $p = ,044$), fracamente relacionado com o número de menores de 14 anos no agregado ($r_{(120)} = ,315$; $p = ,000$), e com os rendimentos familiares ($r_{(120)} = ,278$; $p = ,003$). Esta variável relaciona-se ainda positiva e moderadamente com o número de menores no agregado familiar ($r_{(120)} = ,594$; $p = ,000$) e com o número de pessoas na família extensa ($r_{(120)} = ,469$; $p = ,000$). Por outro lado, o número de pessoas que convivem no lar apresenta correlações negativas e muito fracas com o nível educativo das mães ($r_{(120)} = -,197$; $p = ,015$) e com o tipo de trabalho ($r_{(99)} = -,184$; $p = ,034$).

O número de menores no agregado familiar está fortemente associado com o número de menores de 14 anos no agregado familiar ($r_{(120)} = ,628$; $p = ,000$), e por outro lado fracamente associado aos rendimentos familiares ($r_{(98)} = ,223$; $p = ,014$).

O número de menores de 14 anos no agregado apresenta correlações positivas e muito fracas com os rendimentos familiares ($r_{(98)} = ,177$; $p = ,040$), com o número de rendimentos combinados ($r_{(120)} = ,196$; $p = ,016$), e com o nível educativo das mães ($r_{(120)} = ,165$; $p = ,036$)

O número de pessoas na família extensa está positiva e fracamente associado ao tamanho da habitação ($r_{(120)} = ,343$; $p = ,000$) e ao número de quartos ($r_{(120)} = ,272$; $p = ,001$).

O nível educativo das entrevistadas apresenta correlações positivas e fracas com o tamanho da habitação ($r_{(120)} = ,308$; $p = ,000$) e com o número de quartos ($r_{(120)} = ,247$; $p = ,003$), está positiva e moderadamente relacionado com os rendimentos familiares ($r_{(98)} = ,514$; $p = ,000$), forte e positivamente com os rendimentos laborais da própria ($r_{(81)} = ,675$; $p = ,000$), e , como seria de esperar, positiva e muito fortemente associado ao tipo de trabalho ($r_{(99)} = ,946$; $p = ,000$).

O tipo de trabalho está positiva e fracamente relacionado com o tamanho da habitação ($r_{(99)} = ,295$; $p = ,002$) e com o número de quartos ($r_{(99)} = ,239$; $p = ,009$), e positiva mas fortemente associado aos rendimentos laborais da própria ($r_{(81)} = ,774$; $p = ,000$) e aos rendimentos familiares ($r_{(81)} = ,602$; $p = ,000$). Por outro lado, esta variável relaciona-se, ainda, moderada e negativamente com a sobrelotação ($r_{(99)} = -,425$; $p = ,000$).

Os rendimentos laborais da própria relacionam-se positiva e fortemente com os rendimentos dos familiares ($r_{(79)} = ,681$; $p = ,000$). Além disso, esta variável apresenta ainda uma correlação negativa e fraca com o número de rendimentos combinados ($r_{(81)} = -,230$; $p = ,019$).

Os rendimentos familiares apresentam correlações positivas e fracas com o número de rendimentos combinados ($r_{(98)} = ,200$; $p = ,024$), com o tamanho da habitação ($r_{(98)} = ,353$; $p = ,000$) e com o número de quartos ($r_{(98)} = ,205$; $p = ,021$), tal como esperado.

Por último, o tamanho da habitação está forte e positivamente associado ao número de quartos tal como seria de esperar ($r_{(120)} = ,669$; $p = ,000$). Por outro lado, esta variável relaciona-se negativa e fortemente com a sobrelotação ($r_{(120)} = -,684$; $p = ,000$).

Tabela 8. Correlações entre as Variáveis Sociodemográficas e o Locus de Controlo Parental e respetivas subescalas (N =120)

	Locus de Controlo Parental (Total)	Eficácia Parental	Responsabilidade Parental	Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	Controlo Parental do Comportamento da Criança
Idade ^(a)	,066	,059	,176*	-,030	,025	-,055
Número de filhos ^(a)	-,040	,013	-,043	-,176*	,137#	-,124#
Anos de relação marital ^(a)	,068	,123	,117	,002	,021	-,058
Pessoas que convivem no lar ^(a)	-,011	,028	,043	-,142#	,059	-,081
Menores no agregado familiar ^(a)	,004	-,014	,021	-,112	,032	,032
Menores de 14 anos no agregado ^(a)	-,098	-,122#	-,166*	-,031	,002	,009
Número de pessoas na família extensa ^(a)	,055	,019	,004	,142#	,011	,050
Nível educativo ^(b)	-,057	-,165*	,052	,011	-,257**	,206*
Tipo de trabalho ^(b)	-,041	-,167*	,130	,078	-,271**	,152#
Rendimentos laborais da própria ^(a)	,045	-,150#	,199*	,181#	-,098	,045
Rendimentos familiares ^(a)	-,105	-,226*	,194*	-,025	-,283**	-,016
Número de rendimentos combinados ^(a)	-,147#	-,024	-,190*	-,159*	-,134#	,028
Tamanho da habitação ^(a)	-,105	-,122#	,044	-,093	-,159*	-,039
Número de quartos ^(a)	-,065	-,074	,119#	-,099	-,174*	-,024
Sobrelotação ^(a)	,106	,141#	-,006	,005	,182*	,012

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

^(a) Correlação de *Pearson*; ^(b) Correlação de *Spearman*

Na Tabela 8 verificamos que o Locus de Controlo Parental não apresentou correlações significativas com nenhuma das variáveis sociodemográficas, no entanto, apesar de p não atingir o nível de significância considerado, observamos uma associação muito fraca e negativa entre o Locus de Controlo Parental e o número de rendimentos combinados ($r_{(120)} = -,147$; $p = ,055$).

Relativamente à Eficácia Parental, observamos uma correlação significativa com os rendimentos combinados. Trata-se de uma correlação positiva e com uma magnitude baixa ($r_{(98)} = ,226$; $p = ,013$). Para além disso esta variável apresenta correlações negativas e muito fracas com o nível educativo ($r_{(120)} = -,165$; $p = ,036$) e com o tipo de trabalho ($r_{(99)} = -,167$; $p = ,049$). No entanto, no que diz respeito a esta variável, verificaram-se algumas associações que ainda que não atinjam o nível de significância considerado devem ser tidas em conta. Assim, a Eficácia Parental relaciona-se ainda positiva e muito fracamente com a sobrelotação ($r_{(120)} = ,141$; $p = ,062$), por outro lado correlaciona-se negativa e muito fracamente com o número de menores de 14 anos no agregado ($r_{(120)} = -,122$; $p = ,093$), com os rendimentos laborais da própria ($r_{(81)} = -,150$; $p = ,091$), e com o tamanho da habitação ($r_{(120)} = -,122$; $p = ,092$).

A Responsabilidade Parental está positiva e muito fracamente associada à idade ($r_{(120)} = ,176$; $p = ,027$), aos rendimentos laborais da própria ($r_{(81)} = ,199$; $p = ,038$) e aos rendimentos familiares ($r_{(98)} = ,199$; $p = ,028$). Contudo, a Responsabilidade Parental relaciona-se negativa e muito fracamente com o número de menores de 14 anos no agregado ($r_{(120)} = -,166$; $p = ,035$). Observamos ainda uma outra associação, que ainda que não atinja o nível de significância considerado, merece atenção: a Responsabilidade Parental correlaciona-se positiva e muito fracamente com o número de quartos ($r_{(120)} = ,119$; $p = ,097$).

O Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos está associado negativa e muito fracamente com o número de filhos ($r_{(120)} = -,176$; $p = ,027$). Observamos ainda algumas associações que não atingem o nível de significância considerado mas que ainda assim devem ser mencionadas: o número de pessoas na família extensa ($r_{(120)} = ,142$; $p = ,061$) e os rendimentos laborais da própria ($r_{(81)} = ,181$; $p = ,053$) relacionam-se positiva mas muito fracamente com o Controlo de Vida dos Pais por parte dos Filhos. Porém, existe ainda uma associação negativa desta última variável com o número de pessoas que convivem no lar ($r_{(120)} = -,142$; $p = ,061$), cuja magnitude é muito fraca.

As Crenças Parentais sobre o Destino ou o Acaso apresentam uma correlação significativa e positiva, embora fraca, com os rendimentos familiares ($r_{(98)} = ,283$; $p = ,002$) e positiva e muito fraca com a sobrelotação do lar ($r_{(120)} = ,182$; $p = ,023$). Porém, esta variável relaciona-se negativa e muito fracamente com o tamanho da habitação ($r_{(120)} = -$

,159; $p = ,041$) e com o número de quartos ($r_{(120)} = -,174$; $p = ,029$). Verificamos ainda associações negativas e fracas com o nível educativo ($r_{(120)} = -,257$; $p = ,002$) e com o tipo de trabalho ($r_{(99)} = -,271$; $p = ,003$). Relativamente às Crenças Parentais sobre o Destino ou o Acaso, observamos associações que não atingem o nível de significância que tem vindo a ser considerado mas que devem ser tidas em conta: existe uma correlação positiva e muito fraca com o número de filhos ($r_{(120)} = ,137$; $p = ,068$) e uma correlação negativa e muito fraca com o número de rendimentos combinados ($r_{(120)} = -,134$; $p = ,073$).

Por último, a variável Controlo Parental do Comportamento da Criança surge positiva e significativamente associado ao nível educativo das entrevistadas ($r_{(120)} = ,206$; $p = ,012$). Foi ainda possível verificar encontramos uma correlação positiva mas não significativa entre a subescala Controlo Parental do Comportamento da Criança e o tipo de trabalho ($r_{(99)} = ,152$; $p = ,067$), e ainda uma correlação não significativa e negativa entre esta subescala o número de filhos ($r_{(120)} = -,124$; $p = ,088$).

5.4. Diferenças nos níveis de Locus de Controlo Parental em função das Características Sociodemográficas e Familiares

Nesta secção, serão apresentadas as diferenças existentes entre o Locus de Controlo Parental e as suas dimensões constituintes (i.e., Eficácia Parental, Responsabilidade Parental, Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos, Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso e Controlo Parental do Comportamento da Criança) em função das características sociodemográficas e familiares das participantes no estudo.

Atendendo ao reduzido tamanho dos grupos ($n < 30$), recorreremos aos testes não-paramétricos de *Mann-Whitney* para comparações entre dois grupos, e de *Kruskal-Wallis* para três grupos. Utilizamos ainda o teste paramétrico *t* de *Student*.

Assim, seguidamente apresentamos as tabelas com as médias, os desvios-padrão, os valores do respetivo teste paramétrico ou não-paramétrico utilizado, bem como, os valores de significância (p) e efeito (r)⁹.

⁹ Nos testes paramétricos, efeito calcula-se de acordo com a seguinte fórmula: $r = \sqrt{\frac{t^2}{t^2 + df}}$; sendo que t corresponde ao t de *Student* e o df refere-se aos graus de liberdade, ambos fornecidos pelo SPSS. Nos testes não-paramétricos, a magnitude do efeito calcula-se mediante a seguinte equação: $r = \frac{Z}{\sqrt{N}}$; em que Z representa o Z-score que o SPSS produz e N corresponde ao tamanho da amostra em que o Z está baseado. De acordo com Field (2009), os valores de $\pm 0,1$ traduzem um efeito pequeno; $\pm 0,3$ corresponde a um efeito moderado; e, por último, $\pm 0,5$ representa um efeito grande.

Tabela 9. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função da situação laboral, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Empregada	Desempregada	U ¹⁰	p	r
	(n = 98)	(n = 21)			
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	108,83 (17,64)	107,14 (15,93)	969,00	,340	-,038
Eficácia Parental	17,62 (5,11)	17,48 (3,71)	1015,50	,463	-,009
Responsabilidade Parental	27,40 (6,50)	26,14 (6,25)	915,00	,215	-,073
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	14,55 (3,49)	15,24 (3,00)	917,50	,219	-,072
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	27,33 (6,23)	27,00 (5,87)	1000,00	,421	-,019
Controlo Parental do Comportamento da Criança	21,93 (5,65)	21,29 (6,36)	960,00	,317	-,044

Na Tabela 9, verificamos que não existem diferenças significativas no Locus de Controlo Parental e nas respetivas subescalas, entre mães empregadas e desempregadas.

Tabela 10. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função do tipo de trabalho, teste Kruskal-Wallis

	Baixa	Média	Alta	H ¹¹	p
	Qualificação	Qualificação	Qualificação		
	(n = 25)	(n = 32)	(n = 42)		
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Locus de Controlo Parental (Total)	107,48 (17,20)	111,81 (20,98)	106,69 (15,38)	1,711	,425
Eficácia Parental	18,48 (5,61)	18,53 (5,14)	16,45 (4,58)	3,556	,169
Responsabilidade Parental	26,12 (7,33)	27,53 (7,27)	27,88 (5,35)	1,745	,418
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	13,92 (3,58)	14,59 (4,09)	14,74 (3,08)	,778	,678
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	29,60 (7,07)	27,72 (6,46)	25,55 (5,03)	7,216	,027
Controlo Parental do Comportamento da Criança	19,36 (5,83)	23,44 (5,63)	22,07 (5,31)	8,458	,015

Na Tabela 10, observamos diferenças estatisticamente significativas nas dimensões Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso ($H(2) = 7,216$; $p = ,027$) e Controlo Parental do Comportamento da Criança ($H(2) = 8,458$; $p = ,015$) em função do tipo de trabalho. A fim de averiguar estas diferenças significativas entre os grupos, recorreremos ao teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* e aplicamos a correção de *Bonferroni*, obtendo um nível de significância igual a 0,017.

Deste modo, observamos que as mães que têm trabalhos com baixa qualificação ($Mdn = 31,00$) diferem significativamente das mães com trabalhos de alta qualificação (Mdn

¹⁰ Teste não-paramétrico de Mann-Whitney.

¹¹ Teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis.

= 26,00) na perceção das Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso ($U = 325,00$; $z = -2,60$; $p = ,004$; $r = -,318$), em que as primeiras apresentam índices superiores comparativamente às últimas.

Além disso, verificamos que as mães com trabalhos de baixa qualificação ($Mdn = 20,00$) diferem também das mães com empregos de média qualificação ($Mdn = 24,00$) na dimensão de Controlo Parental do Comportamento da Criança ($U = 224,50$; $z = -2,83$; $p = ,002$; $r = -,375$), onde as primeiras exibem níveis mais baixos do que as segundas.

Tabela 11. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função da regularidade do trabalho, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Regular (n = 87)	Irregular (n = 12)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	110,20 (17,01)	96,58 (19,35)	318,50	,014	-,219
Eficácia Parental	17,90 (5,27)	15,75 (2,93)	394,50	<u>,087</u>	-,138
Responsabilidade Parental	27,92 (6,34)	23,00 (6,37)	324,50	,016	-,213
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	14,92 (3,35)	11,33 (3,34)	240,50	,001	-,305
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	27,48 (6,14)	25,75 (6,88)	460,50	,258	-,066
Controlo Parental do Comportamento da Criança	21,98 (5,70)	20,75 (5,91)	491,00	,372	-,033

Relativamente à regularidade do trabalho (Tabela 11), observamos que há diferenças estatisticamente significativas no Locus de Controlo Parental ($U = 318,50$; $z = -2,18$; $p = ,014$; $r = -,219$), na Responsabilidade Parental ($U = 324,50$; $z = -2,12$; $p = ,016$; $r = -,213$) e no Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos ($U = 240,50$; $z = -3,03$; $p = ,001$; $r = -,305$) entre mães com empregos regulares e mães cujos trabalhos são irregulares. No entanto, o tamanho dos efeitos são pequenos ($r < ,30$), com a exceção do efeito moderado na dimensão de Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos ($,30 < r < ,50$). As mães cujos empregos são regulares ($Mdn = 109,00$) apresentam um maior nível de Locus de Controlo Parental comparativamente a mães com trabalhos irregulares ($Mdn = 95,00$).

No que diz respeito à Responsabilidade Parental, verificamos que as mães com empregos regulares ($Mdn = 27,00$) têm índices superiores do que as mães sem regularidade laboral ($Mdn = 23,00$). Nas mães cujos empregos são irregulares ($Mdn = 12,50$) existe um menor Controlo da Vida dos Pais por parte dos seus Filhos em comparação às mães com regularidade laboral ($Mdn = 15,00$).

Apesar de p não alcançar o nível de significância considerado, verificamos, ainda na Tabela 11, um efeito de pequena magnitude ($r < ,30$) na Eficácia Parental ($U = 394,50$; $z = -$

1,37; $p = ,087$; $r = -,138$), em que as mães com trabalhos regulares ($Mdn = 17,00$) apresentam índices superiores do que as mães com empregos irregulares ($Mdn = 15,00$).

Tabela 12. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função da existência de contrato laboral, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Com Contrato	Sem Contrato	U	p	r
	(n = 81)	(n = 18)			
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	109,15 (16,75)	105,83 (22,18)	635,50	,200	-,085
Eficácia Parental	17,74 (4,88)	17,17 (6,05)	661,50	,272	-,062
Responsabilidade Parental	27,27 (6,29)	27,56 (7,60)	717,00	,458	-,011
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	14,72 (3,51)	13,44 (3,57)	579,00	<u>,087</u>	-,137
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	27,31 (6,10)	27,11 (6,95)	691,00	,367	-,035
Controlo Parental do Comportamento da Criança	22,11 (5,75)	20,56 (5,48)	617,00	,156	-,102

Na Tabela 12, observamos que não existem diferenças estatisticamente significativas, no entanto verificamos um pequeno efeito ($r < ,30$), porém não significativo no Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos ($U = 579,00$; $z = -1,37$; $p = ,087$; $r = -,137$) onde as mães com contrato laboral ($Mdn = 15,00$) apresentam índices superiores relativamente a mães sem contrato laboral ($Mdn = 13,00$).

Tabela 13. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função do nível educativo, teste Kruskal-Wallis

	Até Básicos Completos	Básicos Completos	Secundários	Universitários	H	p
	(n = 11)	(n = 22)	(n = 42)	(n = 45)		
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
LCP¹²	101,73 (14,93)	113,00 (17,86)	109,81 (19,73)	106,20 (15,02)	4,616	,202
EP	17,73 (5,69)	18,68 (5,43)	18,43 (4,57)	16,29 (4,47)	5,680	,128
RP	25,18 (9,01)	28,05 (6,62)	26,57 (6,86)	27,64 (5,25)	2,246	,523
CVPF	14,18 (2,71)	14,50 (3,84)	14,95 (3,73)	14,47 (3,20)	,874	,832
CPDA	28,73 (8,06)	30,18 (6,11)	27,05 (6,31)	25,58 (4,96)	9,053	,029
CPCC	15,91 (4,11)	21,59 (6,19)	22,81 (5,90)	22,22 (5,16)	12,296	,006

Na Tabela 13, constatamos que existem diferenças significativas nas dimensões de

¹² LCP – Locus de Controlo Parental (Total); EP – Eficácia Parental; RP – Responsabilidade Parental; CVPF – Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos; CPDA – Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso; CPCC – Controlo Parental do Comportamento da Criança.

Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso ($H(3) = 9,053$; $p = ,029$) e de Controlo Parental do Comportamento da Criança ($H(3) = 12,296$; $p = ,006$) em função do nível de escolaridade das mães entrevistadas.

Para averiguar quais são os grupos que diferem entre si, aplicamos o teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* e recorremos à correção de *Bonferroni* para o nível de significância ($p < ,0083$). Deste modo, nas Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso, verificamos que as mães com o ensino básico completo ($Mdn = 31,50$) diferem significativamente das mães com ensino superior ($Mdn = 26,00$), em que as primeiras exibem pontuações médias superiores comparativamente às segundas ($U = 282,50$; $z = -2,84$; $p = ,002$; $r = -,347$). A magnitude do efeito é moderada ($,30 < r < ,50$).

Além disso, observamos que o grupo com estudos básicos incompletos ($Mdn = 15,00$) difere significativamente do grupo de participantes com nível de estudos secundário ($Mdn = 22,50$) quanto ao Controlo Parental do Comportamento da Criança ($U = 77,00$; $z = -3,38$; $p = ,000$; $r = -,465$), o primeiro reportando índices inferiores nesta variável em comparação com as últimas. Ainda relativamente a esta dimensão, observamos diferenças significativas entre o grupo com o ensino básico incompleto ($Mdn = 15,00$) e o grupo com ensino superior ($Mdn = 22,00$), em que este último apresenta um maior nível de controlo parental do comportamento dos filhos ($U = 84,50$; $z = -3,37$; $p = ,000$; $r = -,450$) do que o grupo com estudos básicos incompletos. Ambos os efeitos apresentam uma magnitude moderada, já que o valor do r situa-se entre os 0,30 e os 0,50.

Tabela 14. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função do tipo de família, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Monoparental	Biparental	U	p	r
	(n = 17)	(n = 103)			
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	112,94(14,73)	107,53(17,76)	705,50	,102	-,117
Eficácia Parental	18,18 (3,64)	17,51 (5,04)	786,00	,252	-,062
Responsabilidade Parental	27,29 (6,43)	27,09 (6,49)	875,00	,499	,000
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	15,88 (3,22)	14,41 (3,45)	639,00	,037	-,163
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	28,35 (3,77)	27,04 (6,44)	757,00	,188	-,082
Controlo Parental do Comportamento da Criança	23,24 (7,51)	21,49 (5,47)	746,50	,167	-,089

Na Tabela 14, verificamos que relativamente ao tipo de família existem diferenças significativas no Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos ($U = 639,00$; $z = -1,79$; $p = ,037$; $r = -,163$), em que as mães de famílias Monoparentais ($Mdn = 16,00$) apresentam índices superiores relativamente às mães de famílias Biparentais ($Mdn = 15,00$). No entanto, o tamanho do efeito é pequeno ($r < ,30$).

Tabela 15. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função do tipo de família extensa, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Extensa	Não Extensa	U	p	r
	(n = 7)	(n = 113)			
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	111,86 (13,58)	108,08 (17,64)	322,50	,212	-,075
Eficácia Parental	18,00 (3,37)	17,58 (4,95)	359,50	,347	-,037
Responsabilidade Parental	27,00 (4,08)	27,12 (6,59)	380,50	,436	-,015
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	16,57 (2,88)	14,50 (3,45)	259,50	<u>,064</u>	-,140
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	27,29 (6,58)	27,22 (6,14)	386,00	,460	-,010
Controlo Parental do Comportamento da Criança	23,00 (2,00)	21,65 (5,95)	337,00	,261	-,060

Através da Tabela 15, verificamos que não existem diferenças significativas no que se refere ao tipo de família extensa. Contudo, constatamos um pequeno efeito ($r < ,30$), porém não significativo, no Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos ($U = 259,50$; $z = -1,53$; $p = ,064$; $r = -,140$) em que as famílias extensas ($Mdn = 16,00$) apresentam índices superiores comparativamente com as famílias não extensas ($Mdn = 15,00$).

Tabela 16. Médias, desvios-padrão do Locus de Controlo Parental em função da estabilidade familiar, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Estável	Instável	U	p	r
	(n = 116)	(n = 4)			
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	108,44 (17,61)	104,25 (10,37)	194,50	,299	-,050
Eficácia Parental	17,62 (4,93)	17,25 (2,06)	226,50	,471	-,007
Responsabilidade Parental	27,16 (6,45)	26,00 (7,62)	198,50	,321	-,045
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	14,61 (3,47)	14,75 (2,99)	228,00	,480	-,005
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	27,19 (6,20)	28,25 (4,79)	202,50	,339	-,039
Controlo Parental do Comportamento da Criança	21,86 (5,82)	18,00 (4,08)	135,50	<u>,082</u>	-,129

Na Tabela 16, observamos que não existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito ao Locus de Controlo Parental em função da estabilidade familiar. No entanto, ainda que não significativo, contactamos um pequeno efeito ($r < ,30$) no Controlo Parental do Comportamento da Criança ($U = 135,50$; $z = -1,41$; $p = ,082$; $r = -,129$), com as famílias estáveis a exibirem índices mais elevados ($Mdn = 22,00$) relativamente às famílias instáveis ($Mdn = 18,00$).

Tabela 17. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da contribuição da própria nos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Contribui	Não Contribui	U	p	r
	(n = 107)	(n = 13)			
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	108,90 (17,08)	103,38 (19,96)	599,00	,210	-,074
Eficácia Parental	17,63 (5,03)	17,46 (3,23)	676,50	,438	-,015
Responsabilidade Parental	27,31 (6,37)	25,54 (7,16)	606,50	,229	-,069
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	14,62 (3,47)	14,62 (3,38)	681,00	,453	-,011
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	27,30 (6,04)	26,62 (7,12)	656,50	,373	-,030
Controlo Parental do Comportamento da Criança	22,05 (5,63)	19,15 (6,76)	523,50	<u>,074</u>	-,133

Na Tabela 17, podemos observar que não existem diferenças significativas no Locus de Controlo Parental em função da contribuição da mãe para os rendimentos familiares. Contudo, na subescala Controlo Parental do Comportamento da Criança, apesar de não ser significativo ($p > ,05$), existe um pequeno efeito ($U = 523,50$; $z = -1,46$; $p = ,074$; $r = -,133$), onde as entrevistadas que contribuem ($Mdn = 22,00$) têm índices superiores comparativamente com as mães que não contribuem para os rendimentos familiares ($Mdn = 16,00$).

Tabela 18. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da contribuição do marido/companheiro nos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Contribui (n = 99)	Não Contribui (n = 21)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	107,41 (17,87)	112,48 (14,73)	856,50	,104	-,115
Eficácia Parental	17,51 (5,12)	18,10 (3,42)	936,00	,239	-,065
Responsabilidade Parental	27,15 (6,49)	26,95 (6,45)	1035,00	,488	-,003
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	14,38 (3,41)	15,71 (3,48)	796,50	,046	-,154
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	26,87 (6,24)	28,90 (5,47)	857,50	,105	-,115
Controlo Parental do Comportamento da Criança	21,51 (5,51)	22,81 (7,06)	923,00	,212	-,074

No que diz respeito à contribuição do marido/companheiro nos rendimentos familiares, na Tabela 18 podemos observar a existência de diferenças significativas no Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos ($U = 796,50$; $z = -1,67$; $p = ,046$; $r = -,154$), em que as mães cujos maridos/companheiros contribuem exibem índices inferiores comparativamente às entrevistadas cujo parceiro não contribui nos rendimentos familiares. Porém, observamos que o tamanho do efeito é pequeno ($r < ,30$).

Tabela 19. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da contribuição dos pais/sogros nos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Contribui (n = 9)	Não Contribui (n = 111)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	107,22 (20,64)	108,39 (17,23)	479,50	,423	-,018
Eficácia Parental	18,33 (4,47)	17,55 (4,90)	442,50	,288	-,052
Responsabilidade Parental	25,89 (4,76)	27,22 (6,58)	444,00	,294	-,051
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	15,56 (3,71)	14,54 (3,43)	395,00	,151	-,095
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	23,56 (7,76)	27,52 (5,93)	326,50	,042	-,158
Controlo Parental do Comportamento da Criança	23,89 (7,77)	21,56 (5,62)	416,50	,208	-,076

Na Tabela 19, podemos verificar que existem diferenças estatisticamente significativas somente na dimensão Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso ($U = 326,50$; $z = -1,73$; $p = ,042$; $r = -,158$) onde as mães cujos pais/sogros contribuem nos rendimentos familiares apresentam índices inferiores comparativamente com as

entrevistadas cujos pais/sogros não contribuem). Contudo, constata-se que o tamanho do efeito é pequeno ($r < ,30$).

Tabela 20. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da contribuição dos filhos nos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Contribui	Não Contribui	U	p	r
	(n = 20)	(n = 100)			
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	101,55 (20,55)	109,65 (16,50)	775,00	<u>,057</u>	-,145
Eficácia Parental	17,30 (4,67)	17,67 (4,92)	950,00	,364	-,032
Responsabilidade Parental	22,55 (7,29)	28,03 (5,90)	506,00	,000	-,318
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	13,15 (4,02)	14,91 (3,27)	770,00	<u>,052</u>	-,149
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	27,90 (7,01)	27,09 (5,98)	960,00	,390	-,026
Controlo Parental do Comportamento da Criança	20,65 (7,15)	21,95 (5,51)	875,50	,192	-,080

Na Tabela 20, observamos que existem diferenças significativas no que diz respeito à Responsabilidade Parental em função da contribuição dos filhos nos rendimentos familiares ($U = 506,00$; $z = -3,48$; $p = ,000$; $r = -,318$), onde as mães cujos filhos contribuem nos rendimentos apresentam níveis inferiores de Responsabilidade Parental, em comparação com as entrevistadas cujos filhos não contribuem nos rendimentos.

No Locus de Controlo Parental (Total), apesar de p não atingir o nível de significância considerado ($p < ,05$), observamos um efeito de pequena magnitude ($r < ,30$) ($U = 775,00$; $z = -1,59$; $p = ,057$; $r = -,145$) onde as mães cujos filhos contribuem nos rendimentos (exibem um Locus de Controlo Parental inferior ao das mães cujos filhos não contribuem nos rendimentos familiares).

Além disso, verificamos que na dimensão do Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos, apesar das diferenças não serem significativas ($p > ,05$), existe um efeito de pequena magnitude ($U = 770,00$; $z = -1,63$; $p = ,052$; $r = -,149$) em que as entrevistadas que contam com o contributo dos filhos no rendimento familiar também apresentam níveis menos elevados comparativamente às mães que não usufruem da contribuição dos filhos nos rendimentos.

Tabela 21. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função da estabilidade dos rendimentos familiares, teste Mann-Whitney, significância e efeito

	Estável (n = 91)	Instável (n = 29)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	107,45 (19,05)	110,97 (10,57)	1157,50	,162	-,091
Eficácia Parental	17,22 (5,05)	18,83 (4,05)	1051,00	,050	-,151
Responsabilidade Parental	27,53 (6,80)	25,83 (5,10)	1127,00	,120	-,108
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	14,45 (3,51)	15,14 (3,25)	1149,00	,148	-,096
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	26,63 (6,37)	29,10 (4,98)	986,50	,020	-,187
Controlo Parental do Comportamento da Criança	21,63 (5,85)	22,07 (5,73)	1292,00	,434	-,015

Através da Tabela 21, constatamos a existência de diferenças estatisticamente significativas nas dimensões Eficácia Parental ($U = 1051,00$; $z = -1,65$; $p = ,050$; $r = -,151$) cujo tamanho do efeito é grande ($r > ,50$), e Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso ($U = 986,50$; $z = -2,05$; $p = ,020$; $r = -,187$) cuja magnitude do efeito é pequena ($r < ,30$). Assim, as mães com rendimentos familiares estáveis revelam uma Eficácia Parental inferior comparativamente às mães com rendimentos familiares instáveis. Da mesma forma, as entrevistadas cujas famílias têm rendimentos instáveis exibem níveis inferiores em Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso relativamente a mães que não têm rendimentos familiares estáveis.

Tabela 22. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função do sexo do menor, teste t de Student

	Rapaz (n = 61)	Rapariga (n = 59)	t^{13}	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	107,43 (15,72)	109,20 (19,09)	,557	,578	,051
Eficácia Parental	17,26 (4,51)	17,97 (5,21)	,792	,430	,073
Responsabilidade Parental	26,56 (6,24)	27,69 (6,67)	,965	,337	,088
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	14,11 (3,39)	15,14 (3,46)	1,633	,105	,149
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	27,98 (5,66)	26,44 (6,56)	-1,381	,170	,126
Controlo Parental do Comportamento da Criança	21,51 (5,02)	21,97 (6,54)	,429	,669	,041

De acordo com a Tabela 22, não verificamos diferenças significativas no Locus de Controlo Parental em função do sexo do menor.

¹³ Teste t de Student.

Tabela 23. Médias, desvios-padrão no Locus de Controlo Parental em função do grupo etário do menor, teste t de Student

	Criança (< 12 anos) (n = 73)	Adolescentes (≥ 12 anos) (n = 47)	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>r</i>
	M (DP)	M (DP)			
Locus de Controlo Parental (Total)	107,26 (16,33)	109,91 (19,03)	-,814	,417	,075
Eficácia Parental	17,53 (4,90)	17,72 (4,84)	-,207	,836	,019
Responsabilidade Parental	25,97 (5,52)	28,89 (7,41)	-2,321	,023	,254
Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos	14,55 (3,37)	14,72 (3,60)	-,271	,787	,025
Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso	27,01 (5,64)	27,55 (6,90)	-,468	,640	,043
Controlo Parental do Comportamento da Criança	22,19 (5,52)	21,02 (6,20)	1,080	,282	,099

Relativamente aos grupos etários representados na Tabela 23, constatamos que ambos os grupos diferem significativamente entre si a nível da Responsabilidade Parental ($t = -2,321$; $df = 78,36$; $p = ,023$; $r = ,254$). No entanto, a magnitude do efeito é pequena, visto que o valor do r é inferior a 0,30. Assim, as mães de adolescentes reportam uma maior Responsabilidade Parental do que as mães de crianças com idade inferior a 12 anos.

6. Discussão dos resultados

No presente ponto serão discutidos os principais resultados obtidos no nosso estudo. Inicialmente a discussão dos resultados incidirá nas análises comparativas relativamente à perceção do Locus de Controlo Parental de acordo com as características sociodemográficas e familiares das mães. Seguidamente serão discutidos os resultados relativos ao estudo das características psicométricas da Escala de Locus de Controlo Parental, comparando-os com os resultados reportados pelo estudo original de validação do instrumento.

6.1 Perfil Sociodemográfico e Familiar da Amostra

De seguida discutimos os resultados obtidos relativamente às características do Locus de Controlo Parental percebido e as suas dimensões na amostra em estudo, de acordo com as características sociodemográficas desta. Relativamente às características da amostra, os resultados evidenciaram que estamos perante um grupo homogéneo a vários níveis: a grande maioria das mães tem uma relação conjugal estável e duradoura, um nível de escolaridade elevado, emprego estável de média e alta qualificação com contrato de trabalho, e boas condições habitacionais. Verificámos ainda que, no que respeita à estrutura familiar, a maioria das participantes pertence a famílias biparentais, cuja dimensão é normativa (constituída por uma média de quatro elementos) não se registando alterações recentes na composição do agregado familiar.

Assim, podemos considerar que, no global, estas participantes apresentam fatores de proteção no contexto familiar, nomeadamente, a estabilidade familiar (famílias biparentais sem alterações nos últimos tempos), a estabilidade a nível económico (visto que a maioria das famílias dispõe mensalmente dos mesmos rendimentos), e a situação laboral (a maioria das mães possuem empregos de elevadas e médias qualificações). Desta forma, consideramos que as condições de que estas famílias usufruem contribuem para um bom desenvolvimento dos filhos e para reduzir os fatores de vulnerabilidade. A este respeito, um estudo realizado por Vickers (2001), relativamente ao funcionamento familiar de crianças em situação de risco em contexto escolar, revelou que variáveis como a monoparentalidade, as dificuldades económicas, e a ocorrência de diversos acontecimentos de vida negativos caracterizam famílias menos coesas e adaptadas e até mesmo disfuncionais como contextos de desenvolvimento para as crianças. Estas variáveis surgem assim negativamente associadas à coesão, equilíbrio, aos relacionamentos positivos a nível familiar, e às redes de apoio disponíveis, variáveis estas que constituem fatores de proteção para um desenvolvimento favorável das crianças (Garmezy, 1985).

6.2. Relação entre e as Variáveis Sociodemográficas e o Locus de Controlo Parental

No que diz respeito às correlações entre variáveis sociodemográficas e o Locus de Controlo Parental e as respetivas subescalas (Tabela 8), encontrámos algumas associações que merecem alguma reflexão. Observámos que a Eficácia Parental está positivamente associada aos rendimentos combinados, e negativamente associada ao nível educativo das entrevistadas. Levanta-se aqui a seguinte questão: será que uma baixa escolaridade das mães influencia a sua perceção de Eficácia Parental? Segundo Correia (2008), um nível de escolaridade mais elevado pressupõe que as mães tenham mais acesso a informações relativas a um desempenho parental adequado, estando mais alerta para as mudanças e reajustamentos necessários, nomeadamente no que se refere ao desempenho parental.

Relativamente à Responsabilidade Parental, esta variável surgiu associada positivamente aos rendimentos laborais da própria, aos rendimentos familiares e ainda com a idade das mães entrevistadas (o que significa que quanto mais elevada é a faixa etária das mães, e conseqüentemente mais elevada é a faixa etária dos seus filhos, menos estas se sentem responsáveis pelos comportamentos da criança ou adolescente). De acordo com a nossa expectativa, a Responsabilidade Parental está negativamente relacionada com o número de menores de 14 anos no agregado familiar, ou seja, quantos mais filhos menores de 14 anos existem no agregado, mais as mães se sentem responsáveis pelos comportamentos dos seus filhos.

Ao contrário daquilo que esperávamos, o Controlo da Vida dos Pais por Parte dos Filhos surgiu negativamente associado ao número de filhos, isto é, quanto maior o número de filhos, menos os pais sentem que as suas necessidades e exigência dominam as suas vidas.

No que toca às Crenças Parentais sobre o Destino ou o Acaso, observámos que esta variável estava positivamente e significativamente associada aos rendimentos familiares e à sobrelotação do lar, o que significa que quanto maior é o rendimento familiar e maior a sobrelotação do lar mais o Locus de Controlo Parental tenderá a ser externo, isto é, maior é a tendência de as mães entrevistadas percecionarem a parentalidade e o comportamento da criança como sendo influenciados por fatores externos como o destino ou o acaso.

Por último, encontramos ainda que a variável Controlo Parental do Comportamento da Criança está positiva e significativamente associado ao nível educativo das mães entrevistadas. Assim, constatámos que quanto mais elevado é o nível educativo das mães, mais estas se sentem capazes de controlar os comportamentos do seu filho. Contudo, encontrámos ainda uma associação negativa entre os resultados obtidos na referida

subescala e o número de filhos no agregado familiar, tal como era nossa expectativa, uma vez que quanto maior o número de filhos, menor o Controlo Parental percebido sobre o Comportamento da Criança.

6.3. Intercorrelações da escala PLOC

Os resultados obtidos ao nível das subescalas da Escala de Locus de Controlo Parental, indicam que as mães revelam tendencialmente um locus de controlo externo, isto é, tendem a atribuir o desenvolvimento dos filhos a fatores externos ao seu controlo.

Tendo em conta as variáveis sociodemográficas da amostra, os nossos resultados ao nível do tendencial Locus de Controlo Parental externo não vão de encontro aos resultados do estudo de Freed e Tompson (2011). Estes autores estudaram o Locus de Controlo Parental de 160 mães de crianças entre 8 e os 14 anos de idade. Foi avaliada a depressão materna, a expressão emocional das mães e a internalização e externalização do comportamento das crianças, juntamente com variáveis sociodemográficas. O Locus de Controlo Parental externo foi associado à externalização do comportamento da criança, à depressão materna, ao baixo nível académico das participantes, aos baixos rendimentos económicos e à elevada faixa etária das mães. Assim, levanta-se a hipótese de que variáveis sociodemográficas como o nível académico, os rendimentos familiares e a idade das mães não são, por si só, preditores de um Locus de Controlo Parental externo, isto é, predizem ou não este tipo de Locus de Controlo Parental apenas quando associadas a outras variáveis.

Encontram-se ainda na literatura outros estudos que associam ao Locus de Controlo Parental externo a outro tipo de variáveis. Kokkinos e Panayiotou (2007), estudaram a associação entre o Locus de Controlo Parental, as práticas de disciplina e as experiências de bullying e vitimização de crianças do ensino básico, com recurso, entre outros instrumentos, à Escala de Locus Parental de Campis e colaboradores (1986). Este estudo revelou que as práticas de disciplina por parte dos pais estão significativamente correlacionadas com dimensões específicas do Locus de Controlo Parental, de tal modo que o Locus de Controlo externo está associado a práticas educativas menos eficazes utilizadas pelos pais (i.e. punição e inconsistência). Os autores defendem que o Locus de Controlo Parental deve ser considerado quando se trata de entender o comportamento dos pais.

Por outro lado, Morton (1997) estudou a possível relação entre o Locus de Controlo de pais e de filhos, e analisou o possível impacto do comportamento dos filhos nas crenças específicas de controlo dos pais e a sua influência na relação pais-filhos. Os resultados indicaram que um Locus de Controlo Parental externo está relacionado com a atribuição dos sucessos ou fracassos dos filhos a causas desconhecidas. O autor encontrou uma

correlação forte entre o Locus de Controlo Parental e o comportamento das crianças relativamente aos pais.

Por último, em 1992 Roberts e colaboradores, investigaram o Locus de Controlo Parental de uma amostra de pais de crianças com comportamentos de oposição e encontram que um Locus de Controlo Parental externo pode ser o resultado parcial da educação de crianças com comportamentos de oposição.

6.4. Níveis de Locus de Controlo Parental em função das Características Sociodemográficas e Familiares

Ainda como forma de caracterizar a amostra em estudo no que diz respeito ao Locus de Controlo Parental e às suas dimensões, e perceber a sua relação com as variáveis sociodemográficas consideradas, analisámos as diferenças encontradas nos seus níveis. Destacamos então algumas das diferenças mais relevantes. Assim, encontramos diferenças ao nível do Locus de Controlo Parental em função do nível educativo das participantes (i.e. até básicos completos, básicos completos, secundários ou universitários), que por sua vez coincidem com as diferenças encontradas relativas ao tipo de trabalho (i.e. de baixa, média ou alta qualificação). Deste modo, constatámos que mães com um ensino de nível inferior, ou com um trabalho de baixa qualificação tendem a acreditar mais que a parentalidade e o comportamento da criança são influenciados por fatores externos como o destino ou o acaso do que as mães com um ensino de nível superior ou com trabalho de alta qualificação. Assim, as participantes com um nível de ensino mais baixo ou com um emprego de qualificação inferior consideram ter menos capacidade de controlar os comportamentos da criança do que as entrevistadas com estudos de nível superior ou trabalhos de alta qualificação.

No que diz respeito ao tipo de família encontramos diferenças na variável Controlo da Vida por parte dos Filhos, em que a maior parte da amostra, isto é, mães de famílias biparentais revelam sentir menos que as necessidades e exigências dos seus filhos dominam as suas vidas relativamente às mães pertencentes a famílias monoparentais. Com efeito, também a mesma variável (Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos) apresenta diferenças em função da contribuição do marido/companheiro nos rendimentos familiares, ou seja, as mães de famílias em que não existe a contribuição do marido/companheiro apresentam índices mais elevados na subescala Controlo da Vida dos Pais por parte dos Filhos relativamente às mães pertencentes a famílias em que os maridos/companheiros contribuem financeiramente. Estes resultados poderão estar de alguma forma ligados aos

referidos anteriormente relativos ao tipo de família, visto que nas famílias monoparentais pressupõe-se que não exista a contribuição financeira dos ex-maridos/ex-companheiros.

Por último e de acordo com a nossa expectativa, encontrámos diferenças no grupo etário do menor relativamente à variável Responsabilidade Parental, em que as mães de crianças com idade inferior a 12 anos revelaram sentir-se mais responsáveis pelo comportamento do seu filho comparativamente com as mães de crianças com 12 ou mais anos de idade.

6.5. Características Psicométricas da escala PLOC

Relativamente às características psicométricas e estudos de validação da escala de Locus de Controlo Parental, verificámos que os nossos resultados diferem dos resultados obtidos pelos autores do estudo original. Segundo Campis e colaboradores (1986), a PLOC é constituída por cinco fatores. Uma vez que os nossos resultados indicaram um total de 15 fatores, cabe-nos considerar a não adequabilidade da análise fatorial efetuada.

Consideramos que uma explicação possível para estes resultados esteja relacionada com o facto de a nossa amostra ser constituída apenas por 120 sujeitos. Pestana e Gageiro (2008) apontam para a necessidade de ter um mínimo de 5 sujeitos por cada item da escala, sugerindo assim, para o instrumento PLOC, uma amostra total com pelo menos 235 sujeitos.

Em 1992, Roberts e colaboradores avaliaram a fiabilidade da Escala de Locus de Controlo Parental de Campis e colaboradores (1986) numa população clínica constituída por 72 pais de crianças com comportamentos de oposição, através do test-retest. Os resultados revelaram uma adequada consistência interna da escala.

Dias, Tróccoli e Dias (1996) realizaram uma análise fatorial da escala de Locus de Controlo Parental, e obtiveram dois fatores de segunda ordem e cinco fatores de primeira ordem, sendo que os primeiros dizem respeito aos conceitos de internalidade e externalidade e os segundos dividem-se entre: Eficácia Parental, Controlo Parental, Incompetência Parental, Crença na Sorte ou Destino e Responsabilidade Parental. Apenas um dos fatores da PLOC original não foi encontrado neste estudo: Controlo dos Pais por parte dos Filhos, surgindo no seu lugar a dimensão Incompetência Parental (Dias & Tróccoli, 1999),

No seguimento do estudo de Dias, Tróccoli e Dias (1996), Dias e Tróccoli, (1999) utilizaram na sua investigação os resultados da análise fatorial dos primeiros e obtiveram alguns resultados que merecem ser comparados com os do presente estudo. A variável estado civil apresentou diferenças significativas relativamente ao Locus de Controlo

Parental. As mulheres casadas apresentam médias mais elevadas no que diz respeito à Eficácia Parental, seguido do Controlo Parental, Incompetência Parental, Crença dos Pais na Sorte ou Destino e por último na Responsabilidade Parental relativamente às mulheres separadas. O grupo das mulheres separadas revelou sentir-se menos competente e com menos controlo no relacionamento com os seus filhos do que as mulheres casadas. Os autores verificaram ainda que as médias mais elevadas das dimensões do Locus de Controlo Parental a Eficácia Parental, seguida de Controlo Parental, Incompetência Parental, Crença na Sorte ou Destino e Responsabilidade Parental.

Relativamente aos nossos resultados, e tendo em conta que 85,8% da amostra (n = 103) pertencia a famílias monoparentais (por comparação ao grupo de mulheres casadas do estudo anteriormente referido), as participantes apresentaram médias mais elevadas na dimensão Crenças Parentais Sobre o Destino ou o Acaso seguida da Responsabilidade Parental e do Controlo Parental do Comportamento da Criança. Deste modo, podemos concluir que alguns dos resultados obtidos no presente estudo relativamente às características descritivas da escala de Locus de Controlo e respetivas subescalas vão de encontro aos resultados encontrados no estudo de Dias e Tróccoli, (1999), isto é, as médias das dimensões de Crenças Parentais sobre o Destino ou Acaso e Controlo Parental do Comportamento da Criança foram das mais elevadas em ambos os estudos.

Conclusões

O nosso estudo permitiu-nos traçar o perfil sociodemográfico e familiar das participantes, e ainda os níveis de Locus de Controlo Parental percebido pelas mães. Constatámos que a maioria das mães eram casadas, integravam lares biparentais e estáveis, possuíam maioritariamente um nível educativo médio ou alto, a maioria encontrava-se empregada e viviam em situações económicas consideradas boas. Estas características parecem ser favoráveis a uma boa relação entre o casal e a um bom desenvolvimento das crianças/adolescentes, obtendo-se assim um grupo com características sociais positivas.

Ainda que tenham sido obtidos bons resultados no nosso estudo, consideramos que seria pertinente desenvolver análises estatísticas mais elaboradas, de modo a perceber o impacto das variáveis sociodemográficas em estudo nas variáveis psicológicas.

Como limitações do nosso estudo, apontamos em primeiro lugar o reduzido tamanho da amostra. Em estudos futuros seria pertinente utilizar uma amostra mais alargada especialmente para otimizar a análise fatorial. Outra limitação, é o facto de o estudo integrar apenas a perspetiva das mães. Um estudo que integre a perspetiva dos pais levará a resultados mais ricos, uma vez que as perspetivas sobre a parentalidade poderão divergir. Outra das limitações encontradas foi o facto de não existirem estudos de validação da PLOC para a população portuguesa, o que dificultou a comparação das pontuações gerais obtidas no presente estudo. Foi por isso necessário recorrer a estudos internacionais, cujas populações e culturas se distinguem da nossa.

Por último, ainda como limitação ao estudo, encontramos a disparidade da idade das mães e dos filhos. Sugerimos a realização de estudos em diferentes fases da vida das mães para poder comparar os resultados obtidos antes e depois.

Em suma, consideramos que a temática do Locus de Controlo Parental com toda a sua complexidade devia ter-nos levado a estudar ainda outro tipo de variáveis, na medida em que as variáveis estudadas revelaram-se insuficientes para compreender aprofundadamente alguns aspetos que envolvem o Locus de Controlo Parental. No entanto, segundo é do nosso conhecimento, até à presente data não foram desenvolvidos estudos de validação da PLOC na população portuguesa. Deste modo, consideramos que o presente estudo é um primeiro contributo para o estudo das características psicométricas desta escala e para a investigação desta temática no nosso país.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). *(des) equilíbrios familiares*. Lisboa: Quarteto.
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. (3ª Edição). Braga: Edições Psiquilíbrios.
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2001). Práticas educativas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 449-460.
- Azar, S., Lauretti, A., & Loding, B. (1998). The evaluation of parental fitness in termination of parental rights cases: A functional-contextual perspective. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1(2), 77-100.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioural change. *Psychological Review*, 84(2), 191-215.
- Becker, K., Ginsburg, G., Domingues, J., & Tein, J. (2010). Maternal Control Behavior and Locus of Control: Examining Mechanisms in the Relation Between Maternal Anxiety Disorders and Anxiety Symptomatology in Children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38(4), 533-543.
- Bem, L., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconómico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 63-71.
- Braley, R., & Corwin, R. (2000). Moderating effect of perceived amount of family conflict on the relation between home environmental processes and the well-being of adolescents. *Journal of Family Psychology*, 14(3), 349-364.
- Brancalhone, P., Fogo, J., & Williams, L. (2004). Crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho académico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 113-117.
- Caldana, R. (1998). A criança e sua educação no início do século: autoridade, limites e cotidiano. *Temas em Psicologia*, 6(2), 87-103.
- Campis, L., Lyman, R., & Prentice-Dunn, S. (1986). The Parental Locus of Control Scale: Development and Validation. *Journal of Clinical Child Psychology*, 15(3), 260-267.
- Cerqueira, M., & Nascimento, E. (2008). Construção e validação da Escala de Locus de Controlo Parental na Saúde. *Psico-USF*, 13(2).
- Correia, C. (2008). O papel do apoio social na percepção de auto-eficácia parental de mães separadas. Dissertação de Mestrado: Universidade de Lisboa.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496.
- Dias, C., & Tróccoli, B. (1999). Locus de Controlo Materno, Satisfação com a Vida e Relacionamento com o Filho Adolescente. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 13(3).
- Donald, T., & Jureidini, J. (2004). Parenting capacity. *Child Abuse Review*, 13, 5-17.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3ª Ed.). London: SAGE.
- Freed, R. & Tompson, M. (2011). Predictors of Parental Locus of Control in Mothers of Pre- and Early Adolescents. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 40(1), 100-110.
- Garnezy, N. (1985). Stress-resistant children: the research for protective factors. In: J. E., Stevenson (Org.). *Aspects of Current Child Psychiatry Research*. Oxford: Pergamon.
- Hassall, R., Rose, J., & McDonald, J. (2005). Parenting stress in mothers of children with an intellectual disability: The effects of parental cognitions in relation to child characteristics and family support. *Journal of Intellectual Disability Research*, 49(6), 405-418.
- Jones, J., & Passey, J. (2005). Family Adaptation, Coping and Resources: Parents of Children with Development Disabilities and Behavior Problems. *Journal of Development Disabilities*, 11(1), 31-46.

- Kokkinos, C., & Panayiotou, G. (2007). Parental discipline practices and locus of control: relationship to bullying and victimization experiences of elementary school students. *Social Psychology of Education, 10*(3) 281-301.
- Lloyd, T., & Hastings, R. (2009). Parental locus of control and psychological well-being in mothers of children with intellectual disability. *Journal of Intellectual & Developmental Disability, 34*(2), 104–115.
- López, M., Martín, J., Cabrera, E., & Máizquez, M. (2009). Las Competencias Parentales en Contextos de Riesgo Psicossocial. *Psychosocial Intervention, 18*(2), 113-120.
- Maia, J., & Williams, L. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia, 13*(2) 91 -103.
- Maisto, A., & German, M. (1981). Maternal Locus of control and developmental gain demonstrated by high risk infants: A longitudinal study. *The Journal of Psychology, 109*, 213-221.
- Malpique, C. (1999). Noção de risco em saúde mental – da infância à adolescência. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria, 15*, 9-22.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Morton, T. (1997). The Relationship Between Parental Locus of Control and Children's Perceptions of Control. *Journal of Genetic Psychology, 158*(2), 216-225.
- Nunes, C., & Lemos, I. (2012). *Locus de Controlo Parental (PLOC). Versão portuguesa para investigação do Parental Locus of Control de Campis, Lyman, & Prentice-Dunn (1986)*. Documento não publicado, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Nunes, C., Lemos, I. & Valadas, S. (2008). *Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares* (documento não publicado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Gambelas: Universidade do Algarve.
- O'Connor, T. (2002). Annotation: The 'effects' of parenting reconsidered: findings, challenges, and applications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 43*, 555-572.
- Osório, L. (1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Palacios, J., & Rodrigo, M. J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid: Alianza Editorial.
- Pereira, D., & Alarcão, M. (2010). Avaliação da parentalidade no quadro de protecção à infância. *Temas em Psicologia, 18*(2), 499-517.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS* (5ªEd.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pratta, E., & Santos, M. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo, 12*(2), 247-256.
- Ramey, C., & Ramey, S. (1998). Early intervention and early experience. *American Psychologist, 53*, 109-120.
- Relvas, A., P. (2006). *O Ciclo Vital da família, perspetiva sistémica* (4ªed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Roberts M. W., Joe V. C., & Rowe-Hallbert A. (1992) Oppositional child behavior and parental locus of control. *Journal of Clinical Child Psychology, 21*, 170–177.
- Rodrigo, M. J., & Palacios, J. (1998). Conceptos y dimensiones en el análisis evolutivo educativo de la familia. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 45-69). Madrid: Alianza Editorial.
- Rotter, J. (1966). Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. *Psychological Monographs: General and applied, 80*(1), 1-28.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity. *British Journal of Psychiatry, 147*, 598-611.
- Rutter, M., Giller, H., & Hagell, A. (1998). *Antisocial behavior by young people*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sarti, C. (2004). A família como ordem simbólica. *Psicologia USP, 15*(3), 11-28.

- Scavone, L. (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 5(8), 47-59.
- Schwartz, S. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50(4), 19-45.
- Umberson, D. (1989). Relationships with children: Explaining parent's psychological well-being. *Journal of Marriage and the Family*, 57,999-1012.
- Vickers, H. S. (2001). Young children at risk: Differences in family functioning. *Journal of Educational Research*, 87(5), 262-270.
- White, A. (2005). Assessment of parenting capacity. Literature review. Centre for Parenting and Research. Ashfield. Australia: Department of Community Services.

Anexos

**Anexo A – Questionário de Dados
Sociodemográficos e Familiares Versão Mães**

QUESTIONÁRIO DE DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS E FAMILIARES

Este questionário é anónimo pelo que pedimos que responda com toda a sinceridade.

Os dados serão tratados com total confidencialidade.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração!

A) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO		
1. Sexo: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	2. Data de Nascimento: __/__/__	3. Idade:
4. Naturalidade:	5. Nacionalidade:	
6. Localidade onde vive: _____	7. Tipologia de habitação: m ² : _____ n° quartos: _____ <input type="checkbox"/> Quarto <input type="checkbox"/> Apartamento <input type="checkbox"/> Moradia Outra: _____	
8. Situação face ao emprego		
8.1 Trabalha:	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
8.2 Tem emprego estável:	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
8.3 Tem contrato de trabalho:	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
8.4 Tipo de trabalho (funções que exerce): _____		

B) DADOS ESCOLARES
9. Habilitações literárias: <input type="checkbox"/> Sem estudos <input type="checkbox"/> Escolaridade obrigatória incompleta <input type="checkbox"/> Escolaridade obrigatória completa (9º ano) <input type="checkbox"/> Ensino Secundário ou Profissional incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Secundário ou Profissional completo (12º ano) <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo (bacharelato/ licenciatura ou mais)

C) GENOGRAMA

10. Estável: Sim Não

11. Tipo de Família: Biparental Monoparental Reconstituída

12. Coloque uma cruz se existe alguma destas situações: Menor adotado Menor em acolhimento

D) RENDIMENTO FAMILIAR

15. O rendimento familiar encontra-se:

Estável Não é Estável Quantia ao mês: _____ €

16. Quem contribui para o rendimento familiar:

A própria: _____ € Filho/a: _____ € Companheiro: _____ €

Apoio social: _____ € Pais/sogros: _____ € Outros (especificar): _____ €

E) PESSOAS COM QUEM VIVE							
	Nome e Apellidos	Parentesco (1)	Data de Nascimento	Habilitações Literárias	Profissão/Ocupação	Nome do local trabalho/ escola	Apoios (3)
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

(1) Grau parentesco/relação:

1. Companheiro
2. Filho/a
3. Mãe/Pai
4. Sogro/a
5. Irmão/a
6. Sobrinho/a
7. Neto/a
8. Outros (especificar):

(2) Habilitações Literárias:

1. Sem estudos/dificuldade para ler/escrever
2. 1º Ciclo incompleto
3. 1º Ciclo completo
4. 2º Ciclo incompleto
5. 2º Ciclo completo
6. 3º Ciclo incompleto
7. 3º Ciclo completo
8. Universidade incompleta
9. Universidade completa
10. Outros (especificar):

(3) Apoios:

1. Ajuda económica
2. Sócio Educativos
3. Ajuda ao domicílio
4. Outros (especificar):

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

Anexo B – Consentimento Informado

Consentimento Informado

Uma equipa de investigação do Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Algarve está a realizar um estudo que tem como objetivos conhecer os comportamentos em relação à saúde e bem-estar em mães de crianças e adolescentes, avaliar o apoio que têm de outras pessoas ou instituições e ainda perceber a forma como lidam com situações de stresse ou quaisquer problemas que possam ocorrer na família.

Solicitamos assim a sua participação no estudo. As participações das mães serão totalmente confidenciais.

Agradecendo desde já a sua colaboração

(Prof. Doutora Cristina Nunes
Coordenadora da equipa de investigação
Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do
Algarve)

Compreendo que:

- A minha participação neste estudo é inteiramente voluntária;
- Colaborando nesta investigação estou a possibilitar o avanço do conhecimento nesta área, mas que não me podem ser dadas garantias de qualquer benefício direto ou indireto pela minha participação no estudo;
- A minha participação implica aceitar responder a uma entrevista (cerca de 60 minutos);
- Posso recusar-me a colaborar nesta investigação, ou retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga quaisquer consequências negativas.

Compreendo ainda que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade e do meu filho(a) e dados confidenciais jamais poderão ser revelados em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa, a não ser com a minha autorização por escrito.

Assinatura da mãe: _____

Data: ___/___/___